

Carlos Eduardo Arns

Glaucia M. F. Zuniga

Oscar José Rover

Organizações Populares e Desenvolvimento no Sul do Brasil



DEMOCRACIA

SOLIDARIEDADE

SUSTENTABILIDADE

Organizações Populares e Desenvolvimento no Sul do Brasil

Carlos Eduardo Arns

Glaciã M. F. Zuniga

Oscar José Rover

© Carlos Eduardo Arns, Gláucia M. F. Zuniga, Oscar José Rover, 2004.

Coordenação geral do projeto
João Carlos Sampaio Torrens (Deser)

**Equipe responsável pela execução da pesquisa
e elaboração do texto**

Carlos Eduardo Arns
Gláucia M. F. Zuniga
Oscar José Rover

Apoio financeiro
Solidaridad (Holanda)
Kerkinactie/Ministérios Globais (Holanda)
ABONG
PAD

Projeto gráfico e diagramação: Lance Livre Design Produções e Editora Ltda.

Impressão: Editora Gráfica Popular Ltda.

Tiragem: 1.500 exemplares.

Todos os direitos desta edição, reprodução ou tradução, são reservados aos autores.

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Arns, Carlos Eduardo

Organizações populares e desenvolvimento no Sul
do Brasil / Carlos Eduardo Arns, Gláucia M.F. Zuniga,
Oscar José Rover. – Curitiba : Editora Gráfica Popular,
2004.

p. 88; 21cm

1. Movimentos sociais – Brasil, Sul. 2.
Desenvolvimento Sustentável – Brasil, Sul. I. Zuniga,
Gláucia M.F. II. Rover, Oscar José. III. Título.

CDD (21ª ed.)

304

Impresso no Brasil
2004

Agradecimentos

A todas as organizações integrantes dos fóruns e redes que se envolveram ativamente nesse processo de debates. No entanto, deve-se destacar a importância do Camp, Ceap, Ceca, CDH-Joinville, Cepo que, em conjunto com o Deser, *desde o início*, acreditaram na importância desse projeto, dividiram responsabilidades e não pouparam esforços para viabilizar seus resultados.



Sumário

Apresentação	7
Introdução	13
Metodologia	15
Jutificativa	18
I. A questão do desenvolvimento	21
As Organizações do campo popular	25
Um modelo de desenvolvimento alternativo a quê?	33
Que inclusão?	39
Produção e processo produtivo nas dinâmicas das organizações e Movimentos Populares	42
Redes: a grande estratégia para superação de limites espaciais e setoriais	46
O espaço rural e o urbano	49
O capital humano nas organizações e o público beneficiado	56
A questão da relação Estado-sociedade civil	58
II. Limites e desafios: algumas questões pontuais	65
A questão de gênero	65
A sustentabilidade social	69

·Visibilidade na mídia	71
III. Considerações finais.....	75
Bibliografia	83



Apresentação

A região Sul do Brasil tem se caracterizado, desde a retomada do processo de democratização nacional, por apresentar uma extrema pluralidade de atores sociais com uma diversidade e uma riqueza de experiências voltadas para a construção de um novo projeto de desenvolvimento. Atuando em diferentes áreas de trabalho, as organizações da sociedade civil (movimentos sociais populares, organizações não-governamentais, pastorais ligadas às igrejas, associações e cooperativas de produção, cooperativas de crédito solidário, dentre outras formas organizativas) lutam e constroem novas propostas de desenvolvimento, a partir de práticas coletivas direcionadas, em geral, para atender às demandas de grupos sociais excluídos e oprimidos de nossa sociedade.

Esta publicação busca, fundamentalmente, analisar o significado dessas iniciativas para a formulação de novas diretrizes de um desenvolvimento regional que seja marcado pela sustentabilidade, solidariedade e democracia. Esta proposta constitui-se numa primeira tentativa de realizar um trabalho de sistematização que revele os elementos centrais desse projeto de desenvolvimento, tomando por ponto de partida a análise das experiências que estão sendo implementadas, sejam elas de caráter pontual ou mesmo regionalizada.

Apresentação

Desde o Seminário Alternativas de Desenvolvimento e Perspectivas da Cooperação no Sul do Brasil, realizado em Florianópolis (SC), no mês de abril de 1997, um conjunto de organizações da sociedade civil vem se articulando na região visando a construção coletiva de uma avaliação sobre o significado global de importantes experiências em curso e que se propõem a contribuir para a formulação de um novo projeto de desenvolvimento.

Esse grupo de organizações e redes de entidades foi batizado com o nome de Coordenação dos Fóruns da Região Sul. Participaram dessa articulação regional a Articulação Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e as entidades ligadas ao Fórum Sul/Abong, ao Fundo de Mini-Projetos da Região Sul, ao Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Entidades Parceiras no Brasil (PAD – Regional Sul), à Rede de Tecnologias Alternativas (Rede TA-Sul) e ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH – Regional Sul). A Coordenação dos Fóruns da Região Sul teve por objetivo articular esses diferentes espaços organizativos num processo de reflexão que contribuisse para o aprofundamento do debate sobre a concepção de desenvolvimento que se exprime por meio da práxis das organizações envolvidas nesse processo.

Para dar conta dessa proposta, as entidades vinculadas a essa Coordenação apresentaram à Solidaridad – agência de cooperação holandesa que integra o PAD na Europa – um projeto buscando a obtenção de recursos financeiros que permitissem viabilizar um trabalho que tinha por objetivo principal:

Contribuir na articulação de um projeto participativo das organizações populares para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a região Sul, que aponte para um novo modelo de sociedade e que sirva de base para a definição de princípios, diretrizes e estratégias que qualifiquem a intervenção nas políticas públicas nas diferentes esferas (municipal, microrregional, estadual e federal).

Enquanto esse projeto permaneceu em negociação, a Coordenação dos Fóruns procurou sedimentar novos elementos para avançar nesse debate, valendo-se para tanto de uma pesquisa-consulta¹ que foi promovida nacionalmente no âmbito do PAD. Esse trabalho teve como objetivo principal identificar de que maneira as ações implementadas pelas organizações ligadas a essa articulação contribuem para a construção dos Direitos Humanos (tanto os Direitos Cíveis e Políticos quanto os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DhESCA) e para a definição de novas modalidades de desenvolvimento econômico e social. Na região Sul, diferentemente das demais regiões do País, essa consulta foi estendida a outras organizações que não integram o PAD, justamente para se ampliar o espectro da amostra e obter uma análise mais ampla a respeito do objeto de estudo definido.

No final de 2000, Solidaridad, em parceria com a Kerkinactie/Ministérios Globais (ambas agências de cooperação sediadas na Holanda), aprovou o projeto e, a partir daí, desencadearam-se

¹ Para consultar os resultados desse trabalho, ver o relatório PAD-SUL. **Direitos Humanos e Modelos de Desenvolvimento**. Curitiba, novembro de 1999.

Apresentação

algumas atividades para dar início ao processo de reflexão e debates. Antes mesmo de se definir a equipe de pesquisa, as entidades promotoras desse processo elaboraram um pequeno formulário de consulta às várias organizações. Esse formulário foi distribuído, via correio e e-mail, a todas as entidades vinculadas à Coordenação dos Fóruns. A proposta era obter um pré-mapeamento das experiências desenvolvidas pelas diferentes organizações, nos três eixos centrais de análise selecionados para abordar essas iniciativas de trabalho: geração de emprego e renda, políticas sociais (principalmente nas áreas da educação e da saúde) e gestão social de políticas públicas. Esses eixos são percebidos, na verdade, como dimensões intrínsecas e indissociáveis do processo de desenvolvimento, pois sua construção deve considerar a interdependência entre esses diferentes elementos.

Tendo por base esse mapeamento (que buscou identificar os objetivos propostos, uma breve descrição das atividades realizadas, a sua abrangência geográfica, os atores sociais envolvidos, os resultados obtidos e uma avaliação desse projeto para o desenvolvimento local), a equipe de pesquisa sistematizou esse material e apresentou seus principais pontos no I Seminário Regional sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado em Chapecó, nos dias 10 e 11 de julho de 2001. As discussões travadas durante esse seminário apontaram para a necessidade de se buscar complementar o trabalho de levantamento de informações primárias, por intermédio de entrevistas com responsáveis pelas organizações e com a realização, em paralelo, de oficinas que permitissem o debate e o aprofundamento de temas chaves.

Os resultados desse processo foram apresentados e debatidos durante o II Seminário Regional sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrido nos dias 24 e 25 de junho de 2002, em

Passo Fundo (RS)². A partir das discussões realizadas, a equipe de pesquisa aprofundou a elaboração de determinados temas e, no final de 2002, apresentou a versão final desse documento. Uma síntese desse processo foi apresentada também numa oficina específica realizada durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em fevereiro de 2003.

Esta publicação tem, portanto, a finalidade de socializar essa rica experiência e submeter à apreciação das organizações e de estudiosos do tema as análises e conclusões elaboradas pela equipe de pesquisa encarregada de realizar esse trabalho.

Como todo projeto pioneiro, é necessário reconhecer as dificuldades encontradas para internalizar esse debate na agenda política das entidades participantes desse processo, particularmente por se tratar de uma discussão que envolve uma diversidade de interesses e identidades coletivas. Porém, acima de tudo, deve-se valorizar a iniciativa realizada e perceber os caminhos que se abrem a partir dela. Nesse sentido, as organizações da região Sul precisam reconhecer também que dispõem, nesse momento, de um material rico que apresenta uma valiosa contribuição para o aprofundamento do debate acerca dos princípios e estratégias que norteiam a concepção de desenvolvimento que está sendo construída pela práxis de uma pluralidade de organizações sociais do Sul.

Por fim, espera-se que os resultados desse trabalho contribuam para a consolidação de um campo democrático de forças sociais

² Para a realização desse Seminário Regional e das oficinas temáticas, foi de fundamental importância os recursos financeiros repassados pela Abong (via Fórum Sul/Abong) e pelo PAD-Sul, redes de entidades que assumiram em seus planejamentos regionais várias das atividades desenvolvidas nesse projeto.

Apresentação

que, mesmo na diversidade de seus projetos e formas de atuação, consiga, de um lado, avançar na formação de um sujeito político coletivo que expresse os interesses imediatos e as necessidades estratégicas dos segmentos populares. De outro lado, esse material pode se constituir também num importante subsídio para orientar a intervenção dessas organizações no plano da formulação e disputa de políticas públicas que expressem o conteúdo estratégico de um projeto de desenvolvimento fundado nos princípios da sustentabilidade, da solidariedade, da democracia e da justiça social.

João Carlos Sampaio Torrens



Introdução

Este trabalho é resultado da pesquisa de campo e das análises teórico-reflexivas levantadas pela equipe de pesquisa do Projeto de Desenvolvimento Alternativo na Região Sul. Esta pesquisa é parte de um processo mais amplo, fruto de uma articulação de organizações do campo democrático e popular do Sul do Brasil em torno da proposta de, por um lado, unificar os debates sobre o tema e as ações voltadas para um desenvolvimento alternativo regional e, por outro lado, potencializar as atividades desenvolvidas na região.

Seu principal objetivo é o de “contribuir na articulação de um processo participativo das organizações sociais populares para a elaboração teórico-prática do projeto de desenvolvimento alternativo para a região Sul, que aponte para um novo modelo de sociedade” (Coordenação dos Fóruns da Região Sul, 2000). Além disso, esse processo buscou ainda subsidiar a definição de princípios, diretrizes e estratégias que qualifiquem a intervenção das organizações envolvidas na disputa de políticas públicas nas diferentes esferas de governo (municipais, estaduais e federal) e contribuir para a elaboração de propostas políticas para o campo de organizações democrático-populares.

O projeto foi estruturado pela Coordenação dos Fóruns da

Região Sul³, uma articulação de diferentes fóruns e organizações de caráter regional que tem por objetivo promover um processo de reflexão crítica que contribua para o aprofundamento da discussão sobre a concepção de desenvolvimento que vem sendo implementada pelo trabalho realizado por essas entidades e movimentos.

O trabalho foi construído a partir de uma abordagem de pesquisa participativa, apontando para uma abordagem mais específica de pesquisa-ação. Foi neste contexto que se organizou, portanto, a pesquisa de campo e as oficinas temáticas⁴, cujo objetivo era o de agrupar diferentes entidades que desenvolvem atividades numa determinada área de ação, promovendo um espaço de discussão e de intercâmbio, bem como formulando questões comuns do estado da arte.

³ Esta Coordenação foi composta pela Articulação Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR), pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e pelas entidades ligadas ao Fórum Sul/Abong, ao Fundo de Mini-Projetos, ao Movimento Nacional de Direitos Humanos – Regional Sul, ao Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Entidades Parceiras no Brasil (PAD – Regional Sul) e à Rede de Tecnologias Alternativas (Regional Sul).

⁴ Foram organizadas quatro oficinas, abrangendo os seguintes temas específicos: Desenvolvimento Institucional (Chapecó, agosto de 2001), Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Ambientais (Lages, setembro de 2001), Igualdade de Oportunidades (São Leopoldo, novembro de 2001) e Saúde (Passo Fundo, abril de 2002). É importante ressaltar que para a realização dessas oficinas não haviam recursos orçamentários previstos no projeto em Solidaridad, uma vez que cada grupo temático tinha a responsabilidade de articular as organizações convidadas e arrecadar as finanças necessárias para cobrir os gastos dessa atividade. Esse fator contribuiu decisivamente para a realização das outras oficinas temáticas. No caso das oficinas acima citadas, a sua realização só foi possível porque se conseguiu combinar essa demanda com as iniciativas regionais em curso, na época.

Metodologia

Todas as diretrizes metodológicas adotadas foram discutidas em conjunto pela coordenação do projeto e equipe de pesquisadores em reuniões realizadas com esta finalidade.

A pesquisa de campo visou o conhecimento mais profundo de uma amostragem de experiências concretas desenvolvidas na Região Sul, tomando-se por base três eixos de atuação: geração de trabalho e renda, políticas sociais (em especial, saúde e educação) e gestão social de políticas públicas. O objetivo foi a análise dos avanços, limites e desafios destas iniciativas, considerando-as dentro do seu próprio contexto.

A escolha de 12 organizações foi feita com base no pré-mapeamento⁵ e a partir de vários critérios de representatividade tais como, o estado no qual elas se desenvolvem; a abrangência geográfica; o perfil da entidade promotora (movimento popular ou organização não governamental); perfil do público alvo; etc. Embora a amostra seja representativa, tanto em termos numéricos quanto qualitativos, cabe salientar que a riqueza e a diversidade do conjunto, em termos de experiências de inovação, está bastante além do que este trabalho poderá expressar. Sob este aspecto, muitas dimensões, nuances, grupos sociais e metodologias não puderam ser devidamente capturadas e incorporadas em função dos atuais limites desse trabalho.

⁵ O pré-mapeamento das experiências foi um formulário-consulta enviado às organizações participantes, em que se solicitava o preenchimento de questões básicas (objetivos propostos, atividades realizadas, abrangência geográfica, atores sociais envolvidos, resultados obtidos e importância da experiência para o desenvolvimento local) que permitissem uma análise preliminar dos projetos realizados nas três áreas de atuação selecionadas.

A pesquisa baseia-se no levantamento de informações de campo efetuadas entre setembro de 2001 e maio de 2002, através de visitas nas organizações promotoras das experiências selecionadas⁶. Nessas visitas, cuja duração foi de dois dias cada, procurou-se conhecer a organização, visitar as experiências concretas, encontrar os atores envolvidos, acessar ao material produzido pela organização e debater com o conjunto da equipe da organização.

Este foi o esquema de base dado às visitas de campo feitas pelos pesquisadores junto a cada entidade (houve pequenos ajustes e adaptações em função das especificidades de cada entidade e de algumas limitações circunstanciais):

1. Manhã do primeiro dia: entrevista coletiva sobre o conteúdo da pesquisa com dirigentes e a equipe técnica da organização.
2. Tarde do primeiro dia e manhã do segundo dia: visita às experiências “de campo” de cada organização/movimento, conforme a organização visitada.
3. Tarde do segundo dia: reunião com a equipe de toda organização, apresentando impressões dos pesquisadores,

⁶ Organizações visitadas durante o trabalho de campo dos pesquisadores: Paraná: ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Francisco Beltrão), CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - Curitiba), CRESOL (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária - Francisco Beltrão), DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - Curitiba); Santa Catarina: CDHMGB (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz - Joinville), FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - sede em Chapecó), FÉ Y ALEGRIA (Fé e Alegria do Brasil - Florianópolis), CEPAGRI (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais - Caçador); Rio Grande do Sul: CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional - Porto Alegre), CEAP (Centro de Educação e Assessoramento Popular - Passo Fundo), CEPO (Centro de Educação Popular - Erexim) e GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids - Porto Alegre).

avaliação das impressões e debate (*feedback* após visita às experiências).

As orientações gerais durante a pesquisa junto a cada entidade foram:

- Visitar experiências melhor sucedidas e pior sucedidas, visando uma reflexão mais qualificada sobre a estruturação concreta das ações para projetos alternativos de desenvolvimento.
- Visitar experiências que contemplem o máximo de eixos e instrumentos de desenvolvimento (renda monetária e não monetária, educação, saúde etc.)⁷.
- Visitar experiências articuladoras de maior e menor número de instrumentos e eixos de desenvolvimento.

Tópicos abordados:

- Questões pertinentes aos três eixos pré-determinados para a pesquisa (trabalho e renda, educação e saúde, gestão social de políticas públicas).
- Questões gerais para as quais se buscou atenção adicional:
 - satisfação das pessoas;
 - envolvimento / participação do público alvo (sujeito) na(s) experiência(s);
 - perspectiva de transcendência da experiência em si para uma lógica de articulação de instrumentos de desenvolvi-

⁷ Eixos, neste caso, são vistos como grandes linhas orientadoras de um processo de desenvolvimento. Os instrumentos se referem às ações concretas, que vão ter reflexo sobre a vida de um agrupamento social humano, produzindo maior renda, educação, saúde, qualidade ambiental, dentre outros.

- mento, visando um projeto alternativo por parte do público alvo (sujeito);
- articulação da experiência com outras organizações do campo popular e com outros campos sócio-políticos;
 - competição/cooperação da organização com agentes do campo popular em sua área de atuação;
 - articulação da experiência com experiências complementares visando promoção de ações integradas de desenvolvimento;
 - identidade da visão (e das qualificações) de desenvolvimento dos sujeitos da experiência com a visão (e qualificações) dos sujeitos da organização de assessoria;
 - legitimidade/credibilidade da organização junto a seu público alvo e no conjunto do ambiente de sua atuação;
 - conteúdos que cruzam com a matriz estruturada nas e a partir das oficinas temáticas preparatórias para este processo de pesquisa.

O trabalho de campo foi sempre realizado por uma dupla da equipe dos pesquisadores que se revezavam nas diferentes entidades, levando em consideração, na medida do possível, o perfil da entidade e do pesquisador.

Justificativa

A necessidade de se buscar sistematizar as experiências de desenvolvimento que estão sendo implementadas pelas entidades para se avançar na formulação de um projeto alternativo mais elaborado que qualifique as intervenções e os enfrentamentos

com o projeto de desenvolvimento hegemônico, atualmente, é a principal razão da pesquisa. Por outro lado, constata-se a existência de várias experiências, ricas e enriquecedoras, nas quais residem e estão se construindo elementos comuns que podem ser estruturantes de um projeto alternativo de desenvolvimento para os três estados do sul. A articulação destas diferentes organizações que estão dentro de um mesmo campo político-organizativo representa uma percepção da importância de integrar esforços, de se articular em redes. Nesse sentido, uma pesquisa que indique, mesmo que de forma incipiente, ambientes de consenso e de conflito numa potencial integração de esforços representa uma grande contribuição a esse processo de debates.

Tais experiências apresentam históricos diferentes e se encontram em diferentes contextos sócio-culturais e ambientais. São, em si, projetos alternativos para o contexto e o espaço onde atuam ou, pelo menos, são alternativas em relação a alguns aspectos ou dimensões do que existe e que normalmente é hegemônico naqueles espaços ou ambientes onde estes projetos ou experiências alternativos vêm se construindo.

No entanto, este conjunto de experiências se ressentem de um processo mais amplo e articulado que os fortaleça interna e externamente. Este espaço pode ser construído e legitimado no próprio processo de construção participativa do projeto alternativo de desenvolvimento, a partir das identidades e do respeito às diferenças.



I. A questão do desenvolvimento

Já que o objetivo deste trabalho passa por elaborar o que seria um desenho mínimo do projeto de desenvolvimento que vem sendo construído, estruturado, a partir da articulação das diferentes práticas e reflexões das organizações pesquisadas, uma primeira questão que nos parece importante é vislumbrar sobre qual desenvolvimento se está falando.

A noção de desenvolvimento expressa pelas organizações pesquisadas está permeada por várias qualificações que condicionam o “projeto de desenvolvimento” que desejam construir:

- a) a dimensão endógena, discutindo e construindo práticas de processos de desenvolvimento formatados a partir do local, das pessoas, dos grupos sociais, não sendo um desenvolvimento construído de cima para baixo, nem de fora para dentro. Um projeto de desenvolvimento, portanto, que propõe construir de dentro para fora e de baixo para cima.
- b) A ênfase na autonomia dos grupos populares, passando pela superação de práticas políticas tradicionais e da dependência das forças de mercado, conquistada através

- da participação cidadã e autônoma dos grupos populares⁸.
- c) Um projeto de desenvolvimento que gere inclusão social, política, econômica e ambiental⁹, superando as dinâmicas de exclusão historicamente construídas pelos formatos hegemônicos de desenvolvimento.
 - d) Neste caso, um projeto de desenvolvimento que se forje a partir do "campo popular¹⁰", justamente sendo construído por aqueles que historicamente estão à margem de qualquer perspectiva de hegemonizar os rumos a serem dados a um projeto com estas pretensões.
 - e) Um projeto de desenvolvimento que tem uma dimensão econômica, mas que não se pauta por esta como uma dimensão exclusiva ou mesmo "determinante" dos processos sociais. Há visivelmente na prática destas organizações e movimentos um tensionamento da questão social enquanto

⁸ Para Held (1986), a autonomia é um "pressuposto inevitável de modelos democráticos radicais". Na direção destes modelos, o autor sinaliza para a dimensão da democracia participativa, a qual "...requer uma fronteira detalhada das 'fronteiras da liberdade' e uma análise detalhada dos arranjos institucionais necessários para protegê-las, para que possa ser defendida adequadamente".

⁹ Percebe-se que os setores populares são os mais afetados quanto à justiça no acesso a recursos ambientais, seja no que se refere à terra, água, não renováveis, dentre outros.

¹⁰ Campo popular que, segundo Paludo (2001), se apresenta de forma fragmentária e difusa e pode, a grosso modo, ser visto por dois ângulos: pela ótica da produção industrial, do trabalho e das carências: subempregado, biscateiro, empregado regular, bóia-fria, posseiro, acampado, meeiro, doméstica, criança abandonada, menino e menina de rua, idoso desamparado, doente sem recursos, adulto não alfabetizado; e pela ótica da religiosidade, da cultura e do meio ambiente: minorias/maiorias étnicas, GLST (gays, lésbicas, simpatizantes e transgêneres), portadores de aids e vítimas do preconceito em geral, grupos discriminados por diversos motivos, luta ambiental etc.

a que deve ser a orientadora dos rumos do processo de desenvolvimento a se gerar. Não há uma negação das dimensões econômica e ambiental, mas sempre que colocadas ambas na arena da discussão, elas aparecem como devendo ser necessariamente determinadas pela dimensão humana e social.

A maioria das organizações em questão é bastante recente quando observada por uma perspectiva histórica. Poucas são anteriores à "abertura democrática brasileira" ocorrida a partir de fins da década de 1970. A maioria, de fato, se forja no processo desta abertura, como resposta à exclusão social, econômica e política a que foram e são submetidos os grupos populares dos quais fazem parte ou se relacionam. Elas se constituem trabalhando ações pontuais e/ou práticas organizativas para responder de maneira mais qualificada aos referidos processos de exclusão. Em muitos casos, articulando ações que vinham desenvolvendo de forma setorial e/ou pontual. A noção e/ou discussão sobre a questão do desenvolvimento, no entanto, é mais recente ainda para a maioria delas, visto que é a partir de 1990 que este debate toma corpo. Pois foi nessa década que o avanço da política neoliberal se consolidou e com ela foram potencializadas as desigualdades e a exclusão, acirrando-se os contrastes sócio-econômicos.

Quando se envolvem no debate e na construção de ações e estratégias concretas para o desenvolvimento o fazem dentro da perspectiva espacial de sua atuação, que normalmente se processa numa perspectiva local, a qual se refere no máximo a uma micro-região. Esta perspectiva espacial nos parece se explicar por três prismas: a) a dimensão endógena do desenvolvimento que propõem;

b) a área de abrangência da atuação da maioria das organizações, o que define sua espacialidade sócio-organizativa; c) a possibilidade e a necessidade de implementação em nível local de políticas públicas conquistadas e legitimadas enquanto direitos (saúde, educação, criança e adolescente etc).

Especialmente os movimentos populares enquadrados neste campo popular extrapolam esta perspectiva espacial, uma vez que orientam suas ações de forma mais setorial. Sua atuação setorial representa um limite quando engloba um setor específico da questão do desenvolvimento, por não integrar a diversidade de fatores que condicionam um processo de desenvolvimento. Mas, conforme as necessidades socialmente percebidas e organizadas, estruturam-se movimentos que se organizam na luta pela terra, pelos direitos humanos, dos meninos e meninas de rua, dentre outros. Suas lutas estão inseridas numa discussão de desenvolvimento, mas muitas vezes restringindo seu foco de reflexão e atuação ao(s) grupo(s) que articula(m)¹¹.

Considerando-se que a maioria das organizações e movimentos deste campo tem uma incorporação recente da discussão e de práticas pró-desenvolvimento num sentido mais real de seu significado; que a maioria das organizações de assessoria e apoio restringe sua atuação ao espaço micro-regional e; que os movimentos populares têm uma atuação setorial quanto às políticas de desenvolvimento, cabe-nos apresentar aqui algumas

¹¹ É importante salientar que há os movimentos sociais em geral, os movimentos sociais populares e há o campo popular, descrito anteriormente. Quando nos referimos a movimentos neste texto, estamos falando dos movimentos populares, que representam os grupos sociais oriundos do campo popular e que desenvolveram formas de organização e articulação de suas demandas e projetos.

perguntas: como superar os limites: a) do pouco acúmulo experiencial na construção de propostas de desenvolvimento; b) da restrição espacial, já que o desenvolvimento de uma micro-região não se processa apenas pelas forças exclusivamente internas e locais; c) da atuação setorial, visto que, para construir um processo efetivo de desenvolvimento, várias dimensões e setores devem atuar de forma articulada e integrada? Algumas respostas a estas questões puderam ser identificadas na prática destas organizações e movimentos, e as apresentaremos mais ao final deste documento.

As Organizações do campo popular

A maioria das organizações em questão foi criada por movimentos populares, igrejas¹², sindicatos, ou por grupos de pessoas articuladas com, pelo menos, um destes campos. Muitas delas são o resultado da articulação de algum grupo de intelectuais seja de igrejas ou de universidades que visavam constituir uma nova institucionalidade de relação com os setores mais excluídos da realidade regional em que estavam colocados.

Apesar de haver desviantes desta condição, percebe-se que a maioria das organizações do campo popular constrói suas práticas bastante articuladas com outros movimentos e organizações do

¹² Quando se fala das igrejas neste trabalho, se está fazendo referência especialmente a um setor das mesmas, marcado por práticas libertadoras de grupos e setores do campo popular. Setores marcadamente identificados com a Teologia da Libertação e forjados na construção prática das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

mesmo campo popular.

Seja com origem a partir do campo popular, de setores com perspectiva popular das igrejas, a partir de intelectuais que se proponham a ter uma atuação orgânica ao campo popular, o que nos fica evidente é que esta relação historicamente construída com este campo define muitos elementos da prática destas organizações. Pautada numa noção de construção de autonomia aos grupos populares, seja em sua relação com o Estado, com o Mercado ou com outros grupos sociais, estas organizações se definem enquanto instituições, acumulam práticas e reflexões a partir de suas ações sobre a realidade em que atuam.

Para Chauí (1990), a defesa da autonomia remete a alguns pressupostos, quais sejam: *"a) a compreensão de que a forma contemporânea da dominação e da exploração cristaliza-se na separação radical, em todas as esferas da vida social, entre dirigentes e executantes; b) a necessidade de repensar a cidadania para encará-la como afirmação de direitos e criação de direitos, podendo ultrapassar o sentido restrito de cidadania a voz e voto; c) a superação do uso da alienação popular para reforçar a heteronomia, através da imagem do popular associado à alienação e atraso (indica o reforço da auto-estima popular - grifo nosso); d) a compreensão de que a autonomia, baseada na participação direta nas decisões e na representação imperativa e revogável, altera substancialmente a concepção de partido¹³; e) a percepção da vida social em dimensões diferenciadas e descentralizadas, mas comunicantes".*

¹³ Para maior aprofundamento ver Seibel e Rover (1998, p.6).

Na ação destas organizações e movimentos aparece o signo da educação popular que se coloca dentro de uma perspectiva de educar para a ação emancipadora dos grupos populares. São metodologias de educação popular que permeiam a atuação das diferentes organizações, metodologias que se forjam na atuação conjuntural e estratégica destas organizações. Na prática cotidiana das organizações e movimentos em questão, a educação popular é também chamada de "formação", para a qual uma ONG aponta uma concepção:

"a) É processo com muitas atividades formativas onde o curso é apenas um momento; b) É processo comprometido com a causa popular, instrumento que contribui para despertar e capacitar trabalhadores para assumirem o protagonismo na luta de transformação; c) Em vez de treinamento é processo de troca entre sujeitos com potenciais, acúmulos e limites, que juntos se propõem a construir um caminho na lógica da solidariedade; d) O sentido da formação é servir a processos legítimos de organização e de luta popular. As iniciativas já em curso são reforçadas e, em conjunto, é avaliada sua coerência; e) Contribui na construção de respostas aos desafios da prática cotidiana e histórica; f) É multiplicadora: quem se forma mobiliza outro grupo, trocando experiências, tecendo redes de resistência e solidariedade" (CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 1999¹⁴).

¹⁴ O documento onde estava esta citação é reproduzido e utilizado pelo Cepagri (Caçador-SC) como contemplando sua visão do que seja formação. Esta visão é especialmente marcada pelo uso de uma Metodologia de Educação Popular, chamada Formação Básica Multiplicadora (FBM), que tem no Cepis uma organização promotora.

Propõe-se com esta educação popular um processo formativo de orientação para a busca de igualdade de direitos, para a construção da justiça social, da libertação do ser humano e da solidariedade entre as pessoas e grupos. Recentemente, incorpora-se de maneira mais efetiva a questão ambiental como elemento chave da educação popular proposta por estas organizações e movimentos.

Foram citados "intelectuais orgânicos" (Gramsci) como participantes da construção de algumas das organizações e movimentos em questão. Apesar disto, a relação com as universidades não teve um caráter institucional na origem e nos primeiros períodos destas organizações. O envolvimento das universidades com os setores populares da sociedade brasileira sempre foi muito restrito. Cabe talvez dizer, no entanto, que se percebe uma relação crescente entre estas organizações do campo popular e as universidades nos últimos anos, o que a pesquisa de campo demonstrou que vem crescendo em diferentes micro-regiões. Das organizações visitadas, várias citaram algum envolvimento com universidades, sendo que três demonstraram concretamente projetos trabalhados articuladamente com universidades, manifestando que hoje têm uma relação mais próxima que há alguns anos com as universidades. Estes casos são: Fé y Alegria em Florianópolis/SC com bolsistas de diferentes cursos da Unisul e da UFSC¹⁵ que atuam auxiliando os profissionais e participando da construção dos trabalhos da entidade. Outro caso é o do trabalho de desenvolvimento local do CAMP e do

¹⁵ Universidade do Sul de Santa Catarina e Universidade Federal de Santa Catarina, respectivamente.

CECA, Ong's da região de Porto Alegre. Há uma participação ativa da UNISSINOS em diferentes estágios deste trabalho de desenvolvimento local coordenado pelas Ong's. O terceiro caso de grande evidência micro-regional que pudemos perceber em nossas visitas de campo é o trabalho articulado entre a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e a UNIOESTE (Universidade do Oeste do Paraná), para a estruturação das escolas rurais (projetos pedagógicos) "Vida na Roça" e em outros projetos de formação que atuam no Sudoeste do Paraná.

No contexto da origem destas organizações e movimentos, é importante que se diga que foram os citados setores das igrejas os atores mais atuantes. Talvez isto impregne uma questão bastante perceptível na atuação de muitas organizações deste campo, que é a dificuldade de explicitar em seu trabalho de educação popular para o poder local as dinâmicas de cooperação e conflito que se processam nos diferentes espaços locais¹⁶. Ou seja, quando propõem metodologias de "concertação" entre Sociedade Civil e Estado sinalizam para práticas de "mutirão local", propondo práticas de cooperação entre os diferentes, desvalorizando as dinâmicas de conflito pré-existentes, que muitas vezes inviabilizam as práticas de cooperação propostas. Está aí uma outra questão que nos parece bastante importante para organizações que pretendem dinamizar/ampliar práticas de cooperação entre grupos populares e delés com outros atores sociais, políticos e econômicos: como ampliar as práticas de

¹⁶ Para Fischer (1993), as relações de cooperação e conflito são um componente da definição de poder local. Para a autora, nas relações sócio-políticas locais há relações de cooperação e de conflito se processando ao mesmo tempo, entre diferentes forças organizativas.

cooperação entre os diferentes atores, considerando os diferentes interesses envolvidos nas relações sociais, políticas e econômicas, não mascarando conflitos inclusive como forma de superá-los? Por certo, dentro de cada organização aglutinam-se indivíduos que compartilham, na essência, posições políticas, ideológicas ou religiosas análogas. Contudo, mesmo no campo das entidades populares, há competição e conflito que podem ter causas danosas para a implementação de um projeto comum se forem camufladas. Ao contrário: nos parece que o ideal é construir metodologias para que as diferenças entre as organizações do campo popular sejam explicitadas, debatidas, buscando novos consensos dentro do campo popular e articulando ações conjuntas. Esta dificuldade de construção de consensos entre diferentes movimentos do campo popular nos foi bastante explicitada, por exemplo, num debate com dirigentes sindicais sobre a dificuldade de articulação do MST e do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores que possui uma articulação sindical) com a FETRAF-SUL.

“Eles entendem que a agricultura familiar não sobrevive em pequena escala, nós entendemos diferente (...) Eles acham que o agricultor familiar é um pequeno burguês, portanto ele não é revolucionário, e a partir dessa conceituação muitas pessoas acham que esses caras não adianta, não tem saída, portanto eles não são parceiros nossos na luta, na revolução (...) nós resolvemos o seguinte: a agricultura familiar precisa ter uma política própria, é diferente do assentado, do sem-terra, o agricultor precisa mais do que isso, precisa de sustentação na propriedade, precisa se segurar lá, nesse espaço (...) eles nos chamavam muito forte de

reformadores do capitalismo e até hoje essa relação ainda continua difícil, eles citam as parcerias nos movimentos mas, esse campo nosso está fora porque eles entendem que não é papel do movimento social (sindical) ser um movimento também propositivo, esse é um grande enfrentamento. Para eles, dentro do capitalismo, não se constrói propostas alternativas, primeiro precisa derrubar o sistema prá daí começar, nós pensamos diferente, essa vertente ela vem também de dentro do partido (*referindo-se ao PT - grifo nosso*). Pra nós você pode, a partir de elementos concretos, trabalhar a construção de propostas, elementos de um processo de desenvolvimento você já pode construir força ganhando gente com uma proposta de transformação, como ela se dá depois é preciso ver através de uma eleição, mas ela pode acontecer, senão você fica com um grupo de vanguarda, vai prá luta armada e não ganha a sociedade (entrevista com *dirigente da FETRAF-Sul, referindo-se à sua relação com o MST*).

Talvez caiba dizer, além do que está revelado na citação, que estas diferentes perspectivas de movimento sindical vivem um processo concreto de disputa de agricultores familiares para compor sua base organizativa, ou seja, disputam para ter os(as) agricultores(as) associados aos sindicatos que coordenam. Há disputas e conflitos de interesses, divergências ideológicas e perspectivas diferentes. Tais diferenças devem ser expostas na busca de uma linha de entendimento mútuo ao redor de um projeto que minimamente (ou prioritariamente) contemple as divergências e fortaleça as convergências.

Apesar das diferenças colocadas entre diferentes organizações do campo popular, há um elemento que internamente a cada uma delas está presente, aparecendo muitas vezes, inclusive, como componente filosófico de um novo modelo de desenvolvimento proposto: a cooperação.

Em muitas das experiências analisadas a cooperação está presente nos discursos e em práticas dos seus projetos e programas. A observação nos permitiu perceber elementos inovadores no trabalho das organizações e movimentos quanto às atividades de cooperação por elas acompanhadas, dentre os quais podemos destacar:

- crítica clara e incisiva ao modelo cooperativista tradicional;
- formas inovadoras de organização de cooperação, em sua maioria ainda atuando na informalidade;
- as organizações de cooperação geradas buscam responder a problemas/necessidades locais/específicas, para os quais constituíram experiências com relativo grau de autonomia e protagonismo;
- as organizações são pequenas em estrutura e número de sócios, sendo que se articulam principalmente dentro de uma área micro-regional e/ou local, com poucas exceções;
- no caso das organizações produtivas, enfrentam um conflito com a legislação vigente, que as condiciona a assumirem basicamente um dos três tipos principais de funcionamento legal: cooperativa, associação ou micro-empresa, todas com vantagens e desvantagens na atual conjuntura;
- este trabalho de organização da "cooperação alternativa" não é um trabalho tão recente, tendo mais de 10 anos de construção.

Um modelo de desenvolvimento alternativo a quê?

Por mais que as organizações e movimentos em questão tenham os limites espacial e setorial citados anteriormente, suas práticas estão sempre orientadas à construção de um novo modelo de desenvolvimento. Quando perguntados sobre que elementos comporiam tal modelo muitas interrogações surgem, justamente porque uma das lógicas de sua prática é a construção social de tal modelo, o qual, portanto, não tem um desenho pronto e fechado. Mesmo assim, muitas marcas já são apontadas e estão apresentadas no início deste texto. Parece estar mais claro, se não para todas as organizações e movimentos, pelo menos para sua maioria, quais os enfrentamentos que se propõem a fazer e a que questões do modelo hegemônico de desenvolvimento propõem alternativas.

Algo que nos parece marcante é a preservação da histórica luta capital-trabalho, onde se vislumbra claramente as forças do capital como as responsáveis pelo caos social e pelo agravamento do processo de exclusão em nível global e particularmente nacional. O atrelamento do Estado e de amplos setores sociais às forças do capital tem ampliado a capacidade produtiva nacional, mas não tem resolvido a histórica dívida social brasileira, por exemplo. Neste sentido, o controle do(s) processo(s) de desenvolvimento, na ótica destas organizações, não pode ser das forças de mercado e dos detentores do capital, mas precisa passar por um novo arranjo com ampla participação social. A proposta, no entanto, não nos pareceu estar tão clara e consensual quanto a crítica apresentada.

O modelo de desenvolvimento que estas organizações e movimentos sugerem se propõe alternativo a várias noções de

centralização visíveis na realidade social brasileira e, particularmente, no Sul do Brasil, quais sejam:

- a) Indicam uma perspectiva alternativa à centralização espacial dos processos hegemônicos de desenvolvimento construídos. A centralização das populações nas grandes metrópoles, gerando a concentração de diversos problemas sociais e ambientais, aparece como crítica central. O êxodo rural, a favelização da vida urbana, o sub-emprego, a violência crescente, são apontados como problemas cuja origem passa por esta opção do modelo hegemônico de desenvolvimento. Como alternativa a isto, de forma ainda pouco aprofundada e consensual entre estes atores, indicam o "desenvolvimento difuso", não concentrado em metrópoles urbano-industriais como uma construção necessária.
- b) Apontam para uma descentralização econômica, na medida em que a riqueza nacional e internacional está cada vez mais concentrada, controlada por grandes grupos econômicos internacionais e nacionais. Manifestam uma luta clara contra os monopólios e oligopólios, indicando a necessidade da construção de mecanismos sócio-políticos de distribuição/desconcentração da riqueza e da renda. A construção de alternativas econômicas em nível local, organizando sociedades cooperativas (não anônimas, mas de mútuo conhecimento), marcadas por práticas de sócio-economia solidária, parece-nos o que de mais elaborado há construído nesta perspectiva de descentralização econômica. Cabe-nos, talvez, desde já questionar quanto à amplitude transformadora das iniciativas construídas no contexto da sócio-economia solidária. Que elementos articuladores ampliariam a capacidade de transformação que tais

iniciativas teriam quanto à economia nacional e internacional, no que se refere especialmente à desconcentração de riqueza e renda?

- c) Por mais que internacionalmente se apontem tendências de homogeneização de práticas sociais e visões culturais, também desde o cenário internacional se observa a indicação ao respeito às diferenças culturais. Estas organizações apontam para a multiculturalidade como uma prática social necessária à valorização dos diferentes grupos sociais. A cultura não é vista como algo estático, ela se forja nas relações sociais, porém são os grupos populares os que mais vêm erodida sua base cultural, perdendo valores que lhes estruturam enquanto grupo social. O respeito à diferença cultural é fundamental para a garantia de direitos iguais, apesar das diferenças sociais, culturais, políticas e/ou econômicas. Se há uma tendência global de homogeneização da cultura nacional¹⁷, determinando comportamentos e práticas sociais, estas organizações constroem o resgate da cultura local¹⁸ e forjam a multiculturalidade

¹⁷ Aqui nos aliamos a Dowbor (2000, p.133), que indica que *"até hoje, forças progressistas têm se concentrado na eficiência maior da sua proposta, ou no sua maior justiça redistributiva. É muito difícil redistribuir quando a cultura da desigualdade permeia o próprio conteúdo da produção. Se as megaempresas erigem um mundo idiota, devemos socializar a idiotice?"*

¹⁸ O conceito antropológico de "cultura de contraste" explica parte da reação contra-cultural globalizante. É um movimento que compreende um esforço de se manter íntegro frente à ameaça de "aculturação", frente à ameaça de sumir dentro de uma proposta imposta de fora sobre os valores tradicionais de uma comunidade ou região. É uma busca de fortalecimento através do resgate dos valores e da identidade coletiva historicamente construída. É uma estratégia de sobrevivência, uma forma de resposta cultural a um fenômeno que os invade e ameaça: a globalização perniciosa, como entendida por Milton Santos (2001).

em suas práticas¹⁹

- d) Na democracia enquanto sistema político, há uma visão hegemônica que liga a participação popular quase exclusivamente com a participação nos processo eleitorais. No caso brasileiro são conhecidos vários limites das formas de governar e estabelecer a relação entre a Sociedade Civil e o Estado. As práticas políticas tradicionais, como o coronelismo, o nepotismo, o assistencialismo, são marcas da construção histórica da política nos diferentes espaços do território nacional. A radicalização da democracia²⁰ é apontada como uma maneira de superar vários vícios e procedimentos da cultura política nacional. A principal prática indicada pelas organizações e movimentos para esta radicalização é a participação cidadã dos atores sociais nas diferentes esferas públicas. A descentralização da política, gerando mecanismos de autonomia local, a partir de processos participativos e controlados socialmente

¹⁹ É importante que se diga aqui que estamos falando de uma visão de cultura que se refere a práticas e procedimentos impregnados ou que se impregnam no cotidiano das pessoas e grupos. Neste sentido, nem estas organizações e movimentos estão livres de, por muitas vezes, reproduzirem a mesma cultura que os oprime e exclui dos processos sociais, políticos e econômicos.

²⁰ *Radicalizar*, no contexto em questão, remete à etimologia da palavra democracia, no sentido de governo do povo, para o povo e pelo povo. Mas mais que isto, radicalizar quer dizer superar um viés do pensamento democrático que é o chamado "elitismo democrático", no qual a participação é sempre remetida a um direito que se realiza no voto para escolha de representantes. Radicalizar a democracia aqui está se referindo, em grande medida, a ampliar a participação, onde os sujeitos sociais se constituam enquanto sujeitos políticos (que participam ativamente das decisões sobre as questões públicas), participando da escolha de representantes e, além disto, da elaboração/construção de políticas públicas visando seu desenvolvimento. Para aprofundar este debate vide Held (1986).

pareceu-nos como uma marca indicada pelas organizações como uma forma de radicalização da democracia e perspectiva de inserção dos grupos populares nos processos de decisão sobre as políticas públicas. É importante observar que na prática destas organizações acontece a construção efetiva de um “experimentalismo democrático” (Santos, 2002), onde em seus diferentes espaços de atuação problematizam, forjam, constroem coletivamente novos arranjos de democracia participativa²¹. Duas questões nos parecem importantes deixar aqui como interrogações: 1) O que estas organizações indicariam como estratégias para radicalização da democracia nas esferas supralocais, já que muito das políticas de desenvolvimento se define para além da esfera local? 2) Como avançar qualitativamente na radicalização da democracia nas esferas estatais e públicas, de ordem geral, quando às vezes as experiências democráticas das próprias organizações e movimentos em questão não são tão radicais quanto defendem para fora?

- e) Há, por fim, um enfoque de descentralização nas propostas da maioria das organizações que nos parece bastante importante, que é o que chamaremos aqui de descentralização temporal. Sugerimos que esta descentralização se refira ao enfoque de sustentabilidade ambiental que é dado nos seus trabalhos. Ou seja, há aí uma idéia embutida que é a

²¹ Santos (2002, p.77) indica a “*ampliação do experimentalismo democrático*” como uma das “*teses para o fortalecimento da democracia participativa*”. O autor afirma: “*É necessário para a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia que se multipliquem experimentos em todas estas direções*” (p. 78).

do desenvolvimento que não pode ser projetado a qualquer custo. Um desenvolvimento que deve internalizar a perspectiva ambiental e preocupar-se em garantir a sustentação dos recursos geradores de uma atividade econômica ou de qualquer outro nível. Considere-se que, quanto à questão ambiental, são normalmente os grupos sociais populares os mais vulneráveis a externalidades ambientais geradas por projetos econômicos (especialmente os mega-projetos). Neste caso, se introduz uma discussão que vem ganhando corpo no Brasil e que tem origem internacional, que é a questão da justiça ambiental. De maneira bastante resumida ela se refere ao acesso justo aos recursos ambientais e que este acesso não seja determinado apenas pela capacidade financeira de um ator social ou econômico. Importante enfatizar a dimensão social do trabalho destas organizações e movimentos, que quando se trata de meio ambiente não admitem discuti-lo apenas do ponto de vista da preservação de um recurso ou outro, mas o fazem sempre pautando o ser humano como parte deste ambiente. Há defesa explícita de não admitir o processo de degradação humana, social e ambiental, em nome da geração de riquezas que se concentram e ampliam a degradação.

Em suma, o modelo de desenvolvimento proposto pelas organizações e movimentos populares se indica como alternativo a processos de exclusão social, econômica, cultural, política e ambiental.

Que inclusão²² ?

A temática dos direitos humanos e a universalidade de direitos são o foco central que orienta as políticas das organizações e movimentos em questão. A tal ponto que, desde fins da década de 90, essa discussão vem ganhando corpo em um trabalho de articulação e pesquisa que enfoca a visão dessas organizações a respeito dos “direitos humanos e modelos de desenvolvimento” (PAD Reg. Sul, 1999). No relatório final de sistematização da consulta das organizações da Região Sul, resultado do “Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Européias e seus Parceiros no Brasil (PAD)”, está apontado o foco potencial dos direitos humanos:

“eles surgem como um referencial ético-político a orientar denúncias e a construção de propostas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, que é excludente, predatório, antidemocrático, incompatível com a promoção dos direitos humanos e, que portanto, necessita dar lugar a um modelo de desenvolvimento alternativo, democrático, sustentável, includente e que tenha como meta a promoção humana, com vista à construção da cidadania. Além disso, os direitos econômicos, sociais

²² Este termo talvez não seja o mais adequado, pois ele só existe em contraposição a uma idéia de exclusão, especialmente se concordarmos com a afirmação de Martins (2002) de que “a categoria *exclusão* expressa, ao mesmo tempo, uma verdade e um equívoco. Revela o supérfluo e oculta o essencial, como disse da média certa vez um economista” (p. 43). Ainda para o autor “*quem não está incluído não pode ser protagonista das virtualidades de transformação da sociedade, de realização daquilo que é historicamente possível*” (p. 32 - grifo do autor).

e culturais "têm o caráter de contraposição ao caráter impositivo da chamada via única do neoliberalismo, reforçando assim a perspectiva dos atores sociais que pretendem definir uma estratégia democrática para a reformulação do padrão de desenvolvimento vigente no Brasil" (GTDH/PAD (1999), citado por PAD Região Sul, 1999).

Há uma lógica que se configura no atual momento de desenvolvimento do neoliberalismo que é a definição das políticas públicas a partir de dimensões de necessidade e competência. Quanto à necessidade, são identificados os grupos vulneráveis sócio-economicamente e para estes são organizadas políticas compensatórias. Nesta dimensão, surgem os inúmeros "vales" e "bolsas" oriundos especialmente da esfera federal, sendo que o salário dos "pobres" não tem condição de recompensa pelo trabalho; mas como compensatório a diferenças sócio-econômicas estruturais do sistema. Por outro lado, está na estruturação das políticas públicas a lógica da competência, onde os direitos que deveriam ser universais e não privilegiar um grupo social ou outro, são atravessados por disputas de liminares e outros mecanismos do Estado de Direito, através dos quais os que têm "competência" para o uso destes instrumentos são favorecidos em detrimento dos que não têm tal competência²³.

Em contraposição a esta lógica de necessidade X competência, o que está colocado pelas organizações e movimentos populares

²³ Esta abordagem das lógicas de necessidade e competência nos parece interessante para ilustrar este debate e foi apresentada em palestra na UNOCHAPECÔ (SC) pelo professor Dr. Erni José Seibel (UFSC).

aqui ponderados é a perspectiva de políticas públicas que garantam universalidade de direitos, como é prevista na Carta Magna brasileira. Mas, para além das políticas públicas, sobre as quais aprofundaremos mais adiante, outras questões estão colocadas quanto à universalidade de direitos: a) Uma delas é a inserção a possibilidades estáveis de renda para que as pessoas e grupos sociais não vivam à mercê de políticas compensatórias que restringem a dignidade de qualquer ser humano ou grupo social. Ou seja, o direito a uma inserção justa no mercado. b) Outra é o acesso a recursos de diversas ordens, permitindo assim que os diferentes grupos sociais, a partir de sua organização, possam construir seu próprio projeto de desenvolvimento autônomo, sem com isto perder de vista que tal projeto deve ser e está integrado a outros projetos de desenvolvimento em gestão. Para tanto, o acesso a recursos naturais, de capital, tecnológicos, dentre outros, pelos diferentes grupos sociais, diferentemente da concentração deste acesso, potencializa a inserção dos grupos mais vulneráveis na construção de projetos autônomos de desenvolvimento. c) Outra dimensão reivindicada pelas organizações e movimentos em questão é a legitimidade cultural de "ser diferente", numa perspectiva de multiculturalidade, exigindo o respeito pelas escolhas legítimas dos diferentes grupos sociais. Sobre esta questão já trabalhamos, mesmo que com pouca profundidade, anteriormente. d) Uma última dimensão reivindicada neste contexto, enquanto direito em disputa e a ser conquistado, é a busca de uma posição de sujeito político. Mais do que a universalidade de direitos previstas na Constituição Federal e na declaração universal dos direitos humanos, estes atores sociais reivindicam aos grupos marginalizados o direito de escolher seu destino, através de mecanismos de participação cidadã, construção de novas autonomias, sendo

assim, protagonistas das escolhas políticas que irão determinar seu desenvolvimento (ou não). Parte-se da compreensão de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou substituídas por outros fluxos apartados dos lugares (Silveira, 2001).

Produção e processo produtivo nas dinâmicas das organizações e Movimentos Populares

O trabalho das organizações em questão é marcado por uma visão muito forte de processo, a qual é superior a uma visão de produto que permeia muitos espaços da sociedade brasileira. Muitas das organizações deste campo trabalham especificamente uma perspectiva de formação e educação popular, muitas vezes até deixando em segundo plano alguma construção de práticas produtivas alternativas. Outras têm a perspectiva de construção de práticas produtivas bastante presente, preocupadas em realmente gerar alternativas de renda e de inserção no mercado aos grupos populares. Em qualquer destes casos está colocada uma dimensão de processo nas práticas produtivas, em que as metodologias participativas e construtivistas, a organização e gestão participativas de grupos familiares e comunitários, são elementos centrais das dinâmicas produtivas. Ou seja, o que está em questão não é apenas a elaboração de um novo produto para o mercado, mas, além disto, a construção de um processo que: a) elabore novos produtos para o mercado, b) garanta a gestão participativa do empreendimento e c) se preocupe em não ser um novo gerador de exclusão e facilitador da extração de "mais valia". Está colocada uma visão de processo em que avança a compreensão

de que a conquista da eficiência produtiva e da qualidade de vida é uma função de todo um conjunto de atividades que a sociedade custeia e constrói (educação, saúde, capacitação, saneamento, informação).

Articulado à dimensão de processo rapidamente apresentada, há algumas questões demonstradas pelas organizações que se referem especificamente aos produtos:

- a) a revisão das bases tecnológicas em que se estruturam os processos produtivos, gerando melhor aproveitamento dos recursos locais e menor dependência das dinâmicas de mercado instituídas. Observa-se que para várias situações há predomínio de tecnologias que favorecem grandes plantas industriais, seja em legislações²⁴, em equipamentos ou outra situação.
- b) a formação e capacitação dos atores sociais como pano de fundo condiciona a dinâmica do processo produtivo, mas, mais que isto, garante produtos produzidos por cidadãos que não são apenas uma peça da máquina produtiva, mas seus gestores;
- c) a produção de alimentos ecológicos e produtos comunitários ou com identificação de origem em um grupo popular representa os vieses social e ambiental do processo

²⁴ Exemplo que pudemos evidenciar, neste caso, é a legislação de inspeção de produtos de origem animal no Brasil, que está organizada favorecendo as grandes plantas industriais, sem clara justificativa de saúde pública. É comprovado que não é o tamanho da agroindústria que garante a condição saudável do produto para o consumo público. No trabalho das organizações e movimentos do campo popular, várias experiências de agroindústrias familiares têm sido construídas, forjando inclusive a flexibilização de legislações municipais e estaduais quanto à inspeção sanitária e outros fatores, produzindo produtos de garantida qualidade alimentar.

produtivo, os quais terão repercussão direta sobre o tipo de produto que será produzido e sobre as suas dinâmicas de consumo.

No caso dos alimentos ecológicos, por exemplo, no contexto destas organizações e movimentos, não é apenas uma oportunidade de mercado que está em questão, mas uma disputa de paradigma produtivo. Mais do que aproveitar um crescimento da demanda dos consumidores pelos produtos ecológicos ou mais "naturais", há uma preocupação em utilizar este mote para discutir os modelos produtivos instituídos na agricultura nacional e internacional, rever as bases deste modelo, reconstruir as bases produtivas e os mecanismos de distribuição dos produtos, construindo novos arranjos de mercado (mercado justo, mercado de trocas solidárias).

Como fica visível na exposição acima, a dimensão de produto está sempre permeada pelo processo que gera tal produto. Mais do que o produto em si, interessa o processo produtivo que levou ao mesmo. Esta preocupação mais com o processo que com o produto marca essas organizações desde sua origem, às vezes provocando carências na qualidade de produtos produzidos. Uma construção mais articulada das dimensões de produto e processo nos parece potencializar intensamente os resultados quanto a esta questão, transcendendo no processo à questão social específica, e preocupando-se mais com o conjunto do processo produtivo, organizando melhor o produto final conforme as demandas dos consumidores.

Neste contexto, quanto mais se gerarem mecanismos de mercado que aproximem produtores e consumidores, mais se poderá orientar a produção e seu processo a partir das demandas dos consumidores. É nesta direção que essas organizações apontam

quando estruturam formatos de mercado para comercializar os produtos dos grupos populares com elas articulados. Importante que se diga, a esse respeito, que são bastante incipientes as experiências de comercialização produzidas no contexto das organizações e movimentos. Apesar disto, acumula-se uma discussão de construir mecanismos de articulação e organização dos consumidores, integrando-as com grupos produtivos do campo popular, sejam estes do espaço rural ou urbano. Talvez esta questão seja um dos principais desafios para o futuro próximo do trabalho, revelando paralelamente um potencial muito grande de produzir um grande salto de qualidade na construção do modelo alternativo a que se propõem.

Avançando na direção deste desafio, os consumidores poderão construir seus mecanismos de defesa e tomada de decisão diante das diferentes estratégias que se forjam no mercado, inclusive do chamado mercado de massa, onde cada consumidor individualmente ou em grupo é apenas mais uma pequena peça de seu mecanismo de funcionamento. Neste desafio há uma porta de entrada necessária que é o conhecimento e articulação com perfis de consumidores que queiram construir novas estratégias de mercado. Ainda se conhece pouco sobre os consumidores que poderíamos denominar de "éticos" ou "conscientes". Está colocado, portanto, o desafio de provocar e promover a mudança de comportamento junto aos consumidores e construir novas relações de compromisso / comprometimento entre consumidores e produtores ou, de forma mais ampla, entre os atores envolvidos no processo.

Algumas experiências, onde se aproximam relacionalmente produtores e consumidores (feiras, mercados de clientela, mercados institucionais etc.), estruturando dinâmicas do que se convencionou chamar de "mercado justo", vêm dando exemplo de que é

possível uma relação de confiança e cooperação entre produtores e consumidores, ampliando os lucros aos primeiros e reduzindo os custos aos segundos.

Os processos acima apontados exigem uma série de serviços inovadores que precisam ser estruturados para dar suporte às novas dinâmicas de mercado que se pretende forjar. Estes serviços, em muitos casos, precisarão ser articulados entre si, organizando institucionalidades de suporte a tais dinâmicas de mercado. As diferentes formas de organização em rede, especialmente estruturadas dentro de uma perspectiva multidirecional²⁵, nos parecem apontar o caminho para a(s) nova(s) institucionalidade(s) a se forjar, que promovam uma articulação entre diferentes pontos de produção e deles com diferentes pontos de consumo.

Redes: a grande estratégia para superação de limites espaciais e setoriais

Ao negarem o projeto hegemônico de unidade, uniformidade e generalidade que tratava igualmente os diferentes, muitas experiências se voltaram prioritariamente para o micro, o específico, o imediato, sem no entanto perder a visão do estratégico. Isto lhes possibilita maior inserção no local e a construção de

²⁵ Considera-se que existem dois tipos de redes: multidirecionais e unidirecionais. No primeiro caso, normalmente não há um centro propulsor e há maior horizontalidade nas relações entre os diferentes "nós" que compõem a rede. No segundo caso, normalmente há um centro propulsor e maior verticalidade (centralização) nos processos decisórios entre os diferentes "nós" existentes. Para maior aprofundamento sobre esta questão ver LOIOLA, E. & MOURA, S. (1997).

identidade com o meio onde atuam. Além disto, permitiu-lhes a formação de expertise, ampliou o conhecimento da realidade na qual se encontram inseridas (ainda circunscritas). Agora buscam a partir de uma nova visão, construir uma estrutura organizativa que fortaleça todo esse processo, denominado de organização em rede. Segundo Mance (2000, p.24), rede é “uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais por sua vez fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo expandir-se em novas unidades, ou manter-se em equilíbrio”.

Há uma condição difusa na atuação das organizações e movimentos em questão, em função de sua atuação micro-regional e/ou setorial. A estratégia de constituição de redes de diversos tipos aponta para uma perspectiva de superação desta condição difusa.

“Nos movimentos sociais faz tempo que sua crise deu lugar a novas formas de coletivos muito fragmentados e dispersos, onde a confiança interna do grupo prima sobre a coordenação com os outros. A qualidade de vida que se propõe a partir dos ecologistas, das mulheres, dos movimentos de solidariedade, etc, tem muito haver com a implicação de seus membros com mudanças dos estilos de vida, não só com reivindicações” (Villasante, 2002, p.154).

A forma que a sociedade civil organizada encontrou e elaborou para superar a perspectiva difusa de sua atuação foi a constituição de diversas redes de articulação, que apontam para uma coordena-

ção maior das atuações esparsas de cada uma. Um conjunto de redes de articulação que sinaliza para mais que a integração de ações pontuais, para a construção coletiva de projetos de sociedade e discussão de um “projeto civilizatório comum”. Mesmo este trabalho que se propõe a identificar elementos que compõem um desenho mínimo do que seria um “projeto alternativo de desenvolvimento” a partir das organizações e movimentos populares é resultado de uma articulação em rede. Neste sentido, várias são as redes que vêm se estruturando na Região Sul a partir do trabalho articulado destas organizações, algumas das quais citamos a seguir: redes de ong’s e movimentos populares; redes de sócio-economia solidária; redes de agroindústrias; redes de empreendimentos populares; redes de crédito; redes de grupos de apoio a portadores de aids (GAPA’s); rede Ecovida de agroecologia; dentre outras.

Estas redes, dentre outras que vêm se estruturando, por exemplo, articulando consumidores e outros atores, têm algumas características comuns, conforme apresenta Scherer-Warren (1993, p.119): “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político”. Talvez seja importante acrescentar a dimensão da articulação do atores produtivos (de caráter econômico), potencializando sua capacidade de intervenção no mercado, o que está expresso em muitas das redes apresentadas acima e que vêm sendo articuladas na Região Sul.

Para que a articulação se trate efetivamente de Rede é necessário, segundo Martinho (2000), que se compartilhe um conjunto de valores e objetivos que se mantenha a autonomia, que se alicerce na vontade, que possibilite a multi-liderança, promova a descentralização e que atue em múltiplos níveis. Muito disso

tudo já faz parte da prática e dessas organizações (mesmo que de forma inconsciente) e outro tanto ainda carece de reflexão e acordo.

O espaço rural e o urbano

A questão da relação rural - urbano está cada vez mais presente nos debates e encaminhamentos de políticas de desenvolvimento. Processos de esvaziamento do espaço rural em favor de uma concentração urbano-industrial aconteceram em quase todo o mundo. No caso brasileiro há um deslocamento da condição de aproximadamente 70% da população morando no espaço rural na década de 1930 para aproximadamente 20% em 2000. Ou seja, neste período houve um forte deslocamento do rural para o urbano, implicando em concentração populacional nos centros urbano-industriais. Como os ambientes urbanos há algum tempo não vêm gerando postos de trabalho na mesma proporção do crescimento populacional, agravam-se problemas como desemprego, marginalização, criminalidade, dentre outros relacionados com esta questão. Com relação ao espaço rural, ainda é marcante sua desvalorização, seja tratando pejorativamente os que ali vivem, seja proporcionando acesso dificultado às diversas condições do desenvolvimento sócio-econômico como educação, saúde e infra-estrutura. Para Wanderley (1997), este processo de separação entre rural e urbano e de demarcação de relação entre estes dois espaços geográficos leva a três tipos de relações diferenciadas entre eles:

- Um caso em que há uma exclusão dos bens e serviços por parte da população do campo. Neste caso há um isolamento relativo do campo, reforçando os modos tradicionais de vida.
- Outro caso em que o município como um todo é excluído

em função de seu reduzido contingente populacional. Neste caso, tanto núcleo urbano quanto periferia rural são igualmente precários e mal servidos.

- E um último caso em que a população do campo se apropria da sede municipal, freqüentando-a com regularidade ou instalando ali seu lugar de residência.

Para qualquer destes casos há uma depreciação do espaço rural em relação ao urbano, onde o segundo, apesar da crise de geração de empregos que tem enfrentado ainda é atrativo para as pessoas que vivem no primeiro. A geração de infra-estrutura, de serviços públicos, de condições sociais para o bem viver no espaço rural é uma necessidade para a não manutenção e/ou ampliação dos processos de êxodo rural ocorridos ao longo do último século.

A diversidade de casos apresentada acima expressa uma relação rural - urbano, de alguma maneira configurando o que é o espaço rural brasileiro. Esta configuração é estrutural para geração de políticas públicas e ações que tenham clareza de objetivos e que não sejam responsáveis por ampliar o êxodo rural. Assim, estabelecer políticas e ações específicas para o espaço rural e o desenvolvimento de sua população, nos parece salutar. Para tanto, é importante definir claramente o que vem a ser o espaço rural no Brasil. Há uma aceitação cada vez maior de que os municípios com menos de 20.000 habitantes não são propriamente urbanos e que na maioria dos municípios com mais de 20.000 habitantes há uma ampla periferia rural (Wanderley, 1997).

No contexto desta relação rural-urbano e, no caso brasileiro, da opção por um modelo de desenvolvimento "urbano-industrial" especialmente a partir da década de 1960, surge a defesa por parte das organizações e movimentos aqui estudadas de um modelo

de “desenvolvimento alternativo”. Ou seja, a construção de um novo modelo que desconcentre espacialmente as políticas públicas, a infra-estrutura, os serviços, enfim o acesso a condições adequadas de vida.

Porém, no trabalho destas organizações e movimentos não estão claros os mecanismos e as novas formas de relação entre os dois espaços, nem tampouco foram elaboradas conclusões teóricas definitivas sobre o assunto, muito embora já haja uma compreensão desta necessidade, uma vez que este é um processo dinâmico e historicamente inacabado.

Quanto ao trabalho das organizações há um grande domínio de atuação no espaço rural, em especial de experiências de caráter sócio-econômico. Há, neste espaço, uma intervenção integrada das diferentes ações, havendo uma organização social consolidada (experiência acumulada). Há um trabalho de mais tempo no campo econômico. As organizações estão num estágio propositivo avançado, na implementação de instrumentos autogestionários de políticas públicas e de promoção de um desenvolvimento sustentável, como por exemplo: o sistema de crédito solidário, a estruturação e participação no PRONAF (programa de fortalecimento da agricultura familiar) e nos conselhos municipais forjados a partir dele; a estruturação da Rede Ecovida de Agroecologia; dentre outros. Este avanço maior do trabalho das organizações no espaço rural talvez se deva justamente pelo fato de historicamente ali terem se concentrado as maiores debilidades de desenvolvimento sócio-econômico e, em função disto também, terem se forjado movimentos sociais de forte expressão nacional: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento Sindical da Agricultura Familiar (FETRAF-

SUL). Posicionando-se contrários a processos de desenvolvimento em curso, estes movimentos necessitaram também buscar alternativas concretas aos processos que se contrapunham e ainda se contrapõem.

No espaço urbano há grandes avanços dos trabalhos no campo social (saúde, educação, crianças e adolescentes, moradias etc); econômico e ambiental (cooperativas de coleta e reciclagem do lixo não-orgânico, educação ambiental). No entanto, no campo econômico as experiências urbanas ainda são incipientes, possuindo muitos trabalhos dispersos e isolados na implementação. Uma grande parte das experiências resolve problemas conjunturais de forma paliativa: programas que geram renda temporária ou complementar. As pessoas ainda têm que voltar ao mercado de trabalho convencional para subsistência. Nos municípios menores é o Estado que atua e ainda de forma assistencialista, muitas vezes ocorrendo um tipo de dependência às articulações políticas de agentes locais, não estruturando alternativas mais sólidas e estáveis aos grupos populares.

O rural se apresenta por vezes mais organizado e propositivo, no entanto, ainda é pouco valorizado e compreendido pelas pessoas e grupos do espaço urbano no novo papel a que se propõe: multifuncionalidade²⁶. Por outro lado, o urbano enquanto espaço do

²⁶ Multifuncionalidade é um conceito que se forja a partir do estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento rural na França, sendo que o que marca este conceito são os novos papéis que se procura marcar como pertinentes ao espaço rural, além da produção de alimentos. Assim, produção de alimentos e geração de postos de trabalho se mantêm como papéis do rural, os quais são tradicionalmente remunerados pelo mercado. A conservação dos recursos naturais, preservação das paisagens naturais e históricas e promoção do desenvolvimento local com uma ocupação ordenada do território são novos papéis designados ao espaço rural, para os quais novas políticas públicas são apontadas como necessárias.

micro e pequeno empreendimentos, dos pequenos serviços especializados e de redes produtivas de cooperação, ainda é pouco conhecido, compreendido e visível para o conjunto dos atores sociais.

Tanto no espaço rural quanto no urbano os projetos de assessoria e formação são bastante organizativos e propositivos. Um ponto a ser considerado é que no espaço urbano as comunidades não contam com a posse da propriedade da terra e a possibilidade de recursos para subsistência alimentar e econômica não é acessível como no rural – mesmo levando em consideração as lutas e os desafios que se colocam à população rural. A própria lógica social organizativa rural, de tradições e vínculos de parentesco e comunitários, coloca a sustentabilidade econômica em um patamar diferenciado de dependência. Em níveis básicos, a produção agrícola com base na pequena propriedade familiar (foco das experiências em questão) é menos atrelada aos desmandos do grande mercado, financeiro e industrial, do que os pequenos empreendimentos urbanos²⁷. No rural, o fato de existir um campesino com um modo de produção diversificado, defendido política e economicamente em vários de seus aspectos, possibilitaram diversos avanços no campo produtivo, tecnológico, sócio cultural e mais recentemente ambiental.

Por outro lado, a dependência financeira do mercado de trabalho, da oferta de emprego ou de pequenos empreendimentos, é condição número um de garantia de reprodução e sobrevivência

²⁷ É importante ressaltar aqui que, o simples fato de ter a posse de um meio de produção fundamental que é a terra, o qual oportuniza aos agricultores familiares uma garantia de subsistência alimentar, lhes dá uma garantia existencial maior que a grupos sociais urbanos que montam pequenos negócios, estes muito mais dependentes dos rumos orientados/definidos por dinâmicas próprias do mercado.

para a população urbana. O habitante da cidade depende exclusivamente da possibilidade de trabalho remunerado para sua subsistência. A geração de renda (e a autossustentabilidade econômica) na área urbana é uma questão muito mais complexa e extremamente dependente das imposições do capital "global".

Por outro lado, há a grande falta de preparo técnico e assessoria administrativa e de mercado²⁸, razão pela qual muitas vezes padecem ou naufragam os pequenos empreendimentos populares urbanos e rurais. O próprio planejamento (em termos administrativos) ainda não é uma ferramenta cotidiana e estrutural nas experiências e organizações.

O conjunto das experiências voltadas à dimensão econômica do desenvolvimento, tem realizado significativo esforço de gerar emprego e renda de forma sustentável, com relativo êxito. No entanto, pode-se perceber algumas fragilidades:

- falta de uma visão mais completa e aprofundada das cadeias produtivas onde estas se encontram inseridas. Por exemplo: cadeia do lixo: quais são as etapas da cadeia? Quais os pontos de acumulação/agregação? Quais as implicações das diferentes alternativas a serem adotadas: catadores ou caminhão?
- falta de instrumental técnico-metodológico de apoio para estudo e compreensão das cadeias produtivas e dos sistemas produtivos locais, bem como do sistema produtivo em seu complexo maior.

²⁸ Basicamente no que concerne à contabilidade, cálculos de custo, análise de mercado, entre outros.

- falta de uma compreensão mais aprofundada sobre os sistemas locais/regionais de produção e as relações com a experiência em construção;

Mesmo assim, as iniciativas apresentam êxitos na medida em que geram, além de trabalho e renda, a auto-estima, autoconfiança, produção e aquisição de novos conhecimentos, bem como a cidadania crítica.

Sobre a sócio-economia, as experiências (em sua maioria muito iniciais) se apresentam ainda de forma pouco consistente. Isto pôde ser percebido pela própria heterogeneidade dos termos usados: economia social, sócio-economia, sócio-economia solidária, economia solidária, dentre outras. Por outro lado, muitas experiências que também carregam as principais características da economia solidária, ainda não se identificam com ela (principalmente no espaço rural) no que se refere a participar de uma rede de articulação mais efetiva e consistente.

Percebeu-se também, que a economia solidária mobiliza muitas esperanças e expectativas de mudanças mais profundas na economia e na sociedade. Entretanto, mesmo dentro do próprio campo democrático popular, já definido anteriormente, muitos são céticos quanto a capacidade destas experiências em transformar um sistema econômico ou mesmo de representar um novo modelo de funcionamento da economia. Portanto, prossegue o debate quanto ao papel da economia solidária: se é apenas de ampliar a capacidade de geração de trabalho e renda, fortalecer as condições de subsistência e de resistência de grupos sociais excluídos/marginalizados, ou se vai além disto?

O capital humano nas organizações e o público beneficiado

As organizações em sua maioria encontram-se num ritmo alucinante de trabalho, que parece ser muito gratificante pelos resultados que vêm obtendo, bem como pela realização pessoal dos agentes envolvidos. O capital humano das organizações (nos projetos e experiências estudadas), bem como aquele articulado pelo trabalho ou proposta em construção, avançou e apresenta-se num estágio mais qualificado com dirigentes, lideranças e equipes técnicas instrumentalizadas teórica e metodologicamente. Isto se deve há duas grandes razões:

- Pela experiência prática construída e adquirida no tempo, bem como, por sua inserção e capilaridade no meio onde atua (legitimidade);
- Pela formação teórico/acadêmica desenvolvida em sua grande maioria junto ao processo de intervenção/trabalho, o que lhes confere algumas características diferenciadoras que podem ser observadas: na maior e mais qualificada sistematização das experiências; na maior e melhor capacidade propositiva, tanto para dentro das organizações como para fora na constituição de políticas públicas; e pela maior e melhor capacidade de mediação de conflitos, "popularizando" conhecimentos e fortalecendo conhecimento popular.

Também se percebe que o público beneficiado atendido pelas organizações em questão ampliou-se vertiginosamente, tanto pela estruturação das organizações e ampliação das parcerias, quanto pelos métodos de trabalho. O público se diversificou muito, tanto pela competência constituída nas organizações, quanto pela estru-

turação destas. O público beneficiado/envolvido no trabalho vai desde prefeituras, programas e projetos públicos dos diferentes níveis; organizações comunitárias, áreas geográficas como comunidades, microbacias ou regiões; dirigentes/representantes ou mesmo a base; grupos sociais excluídos, em processo de exclusão ou mesmo em consolidação; segmentos sociais: educadores, agentes de saúde, etc.

Cabe ressaltar novamente um campo de relação no qual a maioria das organizações visitadas vem atuando e, ao que pudemos perceber, se ampliou bastante nos últimos anos, parecendo ter bastante potencial para se ampliar ainda: é uma relação que têm efetivado com as universidades das regiões em que atuam. O conjunto das organizações visitadas vem promovendo relações consistentes com universidades, seja no campo da pesquisa social, na construção e/ou consolidação de projetos locais alternativos; estruturação de campos de assessoria comuns e desenvolvidos articuladamente, dentre outras formas de relação. O que nos parece bastante marcante é que há uma aproximação de grupos importantes das universidades aos ideais das organizações estudadas, o que amplia o potencial e a qualidade da atuação.

Apesar de percebermos esta ampliação, parece-nos ainda insuficiente a articulação existente, podendo ser ampliada, marcadamente em relação ao papel de transformação social e no engajamento conjunto a um processo de desenvolvimento alternativo.

Quanto às condições gerais da organização ou organizações gestoras da experiência, projeto ou ação, percebe-se uma grande limitação dos recursos (financeiros, estruturais e humanos), muito embora tenham ocorrido melhoras, mas ainda não compatíveis com a demanda/necessidade. As fontes de financiamento têm se voltado significativamente para o nacional (nos três níveis: Federal,

Estadual e Municipal; inclusive recursos do setor privado).

Outra fonte de recursos é a cooperação internacional. Algumas entidades chegam a ser completamente dependentes dos recursos internacionais. Outras a têm como uma fonte parcial. A dependência estrutural de financiamentos advindos de entidades estrangeiras de fomento ou de Estado pode, em certa medida, travancar a continuidade de projetos iniciados, e por outro lado, gerar questionamentos sobre a responsabilidade e a direção dos projetos, além de cercear a liberdade de empreendimento em certas áreas, como colocado por alguns membros entrevistados²⁹.

Há uma preocupação crescente entre alguns membros das entidades em função do atual processo de deslocamento dos recursos internacionais para outras regiões do planeta. Este fato tem levado algumas entidades à busca de recursos nas esferas nacionais. Tal processo acarreta basicamente em duas novidades:

- novas relações com as fontes financiadoras e conseqüente reorganização de ordem interna;
- preocupação maior com a questão da *sustentabilidade institucional*.

A questão da relação Estado-sociedade civil

Foram constatadas diferentes concepções sobre a relação entre sociedade civil e Estado na pesquisa. Dentro das diferentes concepções, no entanto, o Estado aparece sempre como um ator

²⁹ Para maior aprofundamento sobre o tema, ver PETRAS (1999), dentre outras obras do autor.

fundamental, do qual as organizações e movimentos procuram cobrar/exigir que cumpra suas responsabilidades. Quais são efetivamente as responsabilidades do Estado? Parece-nos que é em torno desta questão que se concentram as divergências das diferentes concepções expostas pelas organizações e movimentos pesquisados. Quais os papéis do Estado, diga-se de passagem, é um debate contínuo da ciência política desde sua constituição e desde a constituição do Estado.

Uma concepção remete não apenas ao Estado a elaboração e execução das políticas públicas. Nesta proposição, a sociedade civil deve co-responsabilizar-se pela execução de atividades e serviços de caráter público, não remetendo ao Estado a exclusividade deste papel. Em outras palavras, caberia à sociedade civil organizada assumir tarefas que, em tese, são de competência do Estado, mas que se mostra incapaz de apresentar soluções. Durante o trabalho de campo foi possível identificar organizações que apontavam para a sociedade civil como executora de políticas públicas, independente de estarem exercendo um papel demonstrativo. Isto é, sinalizando que as organizações sociais devem executar políticas públicas e que este papel não deve ser específico do Estado. Interessante, no entanto, que mesmo as organizações que apontam nesta direção, constroem mecanismos de cobrar do Estado (especialmente governos locais) o cumprimento de suas responsabilidades.

Uma segunda proposição aponta para o Estado como o agente gestor das políticas públicas. Nesta visão, o Estado deve se relacionar com a sociedade civil, muitas vezes abrir até espaços de planejamento participativo, sem no entanto, abrir mão do controle e da direção da gestão pública. Nesta concepção, a responsabilidade pela execução das políticas cabe ao Estado, que

mais do que gestor é considerado o principal ator social quanto à elaboração e execução de políticas públicas.

Qualquer uma das duas concepções expostas acima é apresentada a partir da visão da sociedade civil, já que as organizações e movimentos estudados estão nesta esfera social. Em qualquer dos casos, a idéia de provocar os governos para formas de atendimento a demandas sociais identificadas está colocado. Esta provocação, no entanto, pode se dar de diferentes maneiras: organizando e capacitando grupos sociais para demandarem políticas públicas; organizando, participando e capacitando conselhos de políticas públicas para exercerem com qualidade seu papel; desenvolvendo ações demonstrativas que indiquem aos gestores públicos caminhos mais efetivos de gestão das políticas públicas; realizando ações que são papel do Estado que, por mecanismos de terceirização, repassa tais ações para organizações sociais realizarem.

Das quatro formas de provocação que as organizações sociais implementam junto aos governos, a última nos parece ser a mais delicada. Conforme efetivada, a substituição de papéis do Estado pelas organizações sociais pode representar uma desresponsabilização do mesmo frente a alguns tipos de políticas públicas. A desresponsabilização do Estado quanto à execução de atividades econômicas foi (ou é) um projeto defendido pelos liberais, especialmente nas primeiras décadas do século 20. A desresponsabilização do mesmo frente a outros setores da vida social (educação, saúde etc.) é claramente um projeto defendido por setores caracterizados como neoliberais, os quais propõem um formato de Estado dentro de uma perspectiva de Estado Mínimo.

Neste contexto, vale-nos, acreditamos, deixar uma questão para reflexão das organizações do campo popular: quais seriam os

limites no assumir responsabilidades pela sociedade civil quanto à elaboração e execução de políticas públicas, visando garantir que o projeto de desenvolvimento que buscam construir tenha no Estado e nos recursos públicos importantes fatores para sua consecução?

Uma outra contradição que nos parece importante é a idéia de fortalecer a sociedade civil para ocupar o Estado. Parece que o objetivo fim da existência da "organização social" é preparar os cidadãos para atuar dentro do Estado. As próprias organizações, quando têm um governo eleito que está dentro de seu "campo de concepção política", em muitas situações participam de relações pouco autônomas na construção de ações integradas com tal governo.

Este parece ter sido parte do problema enfrentado por algumas entidades do campo popular no estado do Rio Grande do Sul a partir da gestão popular do Partido dos Trabalhadores. Gerou-se uma "crise de identidade" nas ONGs que desencadeou um processo de amadurecimento e redefinição de papéis antigos e a definição de novos atores, recrutamento de pessoal etc. As entidades sentem-se desnecessárias e rejeitadas num primeiro momento. Num segundo momento são chamadas para executar as ações das quais não participam na concepção/elaboração. E mais recentemente, num terceiro momento, começam a se esboçar mecanismos de integração e cooperação na concepção e execução de ações, projetos e programas.

Nos outros dois estados (Santa Catarina e Paraná) há um conflito explícito entre as organizações e movimento populares e um Estado Privatizado, excludente e patrimonialista. No caso dos três estados do Sul do Brasil, há uma situação particular para cada estado em função das políticas partidárias estaduais

diferentes, do poder de articulação e posicionamento das entidades frente ao poder público, entre outros.

Esta questão está ligada ainda à outra: à dos recursos públicos e à da institucionalidade civil. Há uma confusão entre público e estatal que tende a reduzir o “público ao estatal. Esta concepção é incapaz de incorporar a idéia de uma esfera pública ampliada, e por isso não é capaz de compreender a natureza complexa da discussão sobre os fundos públicos, e a legitimidade e necessidade de acesso de organizações da sociedade civil a esses fundos, assim como do controle social dos mesmos” (Haddad, 2001).

Aqui se indica uma relação entre sociedade civil e Estado em que a primeira seja protagonista da construção das políticas públicas, tenha garantida sua autonomia, de uma ação pró-ativa dos diferentes atores sociais, especialmente os do campo popular, propositiva, de um ator efetivo que dever ser valorizado, apoiado em sua diversidade e complexidade. O Estado deve ser forte principalmente nos setores estratégicos que garantam a autonomia e a soberania do País/Nação, mas também na regulação dos grandes fluxos (do dinheiro, da produção, da infra-estrutura, da população e do conhecimento/informação), a partir de políticas públicas concebidas, construídas e geridas de forma participativa com a sociedade organizada. A relação Estado-Sociedade Civil não deve ser de subordinação, de cooptação, nem de exploração.

A agenda das diferentes organizações acompanhadas apresenta uma perspectiva de empoderamento da sociedade civil, passando pela perspectiva de construção de uma cidadania ativa. No contexto de atuação destas organizações os grupos populares são apresentados como aqueles que devem ser constituídos como sujeitos políticos. Justamente dentro da concepção de que estes grupos devem construir a capacidade de demandar/elaborar/ajudar

a construir políticas públicas que lhes beneficiem e ao conjunto da sociedade. A garantia e construção de direitos tanto para as maiorias desfavorecidas, quanto para diferentes grupos sociais definidos como minorias sociais, representa uma visão de política pública que trabalhe com a complexidade social, respeite a diversidade que a compõe e se forje a partir da construção participada com esta complexidade.



II. Limites e desafios: algumas questões pontuais

A questão de gênero

A pesquisa de campo constatou, dentre as entidades visitadas, a existência de poucos trabalhos focalizados exclusivamente nas diferenças de gênero, visando a superação de mecanismos de opressão daí derivados. Este problema está inserido dentro de perspectiva de abordagem de respeito às diferenças e às minorias (minorias aqui entendidas, grosso modo, não como uma questão numérica, mas de exclusão e opressão). As relações de "gênero" merecem tratamento diferenciado dentro do processo reivindicatório de equidade social.

Os projetos mostraram-se incipientes e carecem de uma elaboração teórico-metodológica apropriada, como se dá em outros temas, que contemplem as dimensões histórica, social e, principalmente, econômica do problema. Não se apresentaram estratégias de longo prazo a serem adotadas na busca de uma relação mais equânime entre os gêneros, que minimize a exploração e garanta os direitos conquistados. Em alguns casos, são homens os encarregados da questão dentro da entidade³⁰. Dizemos isto,

³⁰ Não pretendemos subestimar o trabalho dos homens nesta área, apenas colocar uma questão há muito levantada pelos(as) estudiosos(as) das relações de gênero: a validade e a (im)parcialidade do empenho masculino nesta esfera.

apesar de não acreditarmos que o avanço para a superação de mecanismos de opressão de gênero possa se construir apenas com a participação das mulheres. No entanto, é necessário um envolvimento mais efetivo destas na formulação de estratégias para a superação da opressão, da qual são as principais vítimas.

A crença de que este é um problema circunstancial que será eliminado quando a nova ordem econômica tiver sido implantada, não é verdadeira. A opressão de um gênero sobre outro é anterior à exploração de classe, ao próprio capitalismo, e com certeza extrapola a relação de exploração econômica. O problema da dominação de gênero tem sido diluído em outros programas de lutas mais abrangentes na maioria dos projetos desenvolvidos.

Vale ressaltar, contudo, experiências de algumas organizações (ex: ADITEPP) e o Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA no campo em estudo, que têm promovido trabalhos transformadores a respeito desta questão, especialmente quanto à formação de mulheres e lideranças em relação aos direitos gerais e específicos das mulheres e à sua organização no sentido da luta por seus direitos.

São compreensíveis as dificuldades de abordagem do problema, por fatores basicamente culturais. Alguns discursos caracterizam a concepção cultural de gênero colocada por membros de algumas entidades. Dois momentos foram elucidativos:

- a) Mas é isso agora, se a gente não discutir, a gente tem conhecimento que existe essa relação de dominação, submissão, isso existe... agora, nós discutirmos isso só com a mulher não vai mudar a concepção do homem, vai continuar o homem com aquela idéia e acaba dando o atrito familiar, um monte de problemas, e o problema continua (...) Pega essa questão da

saúde da mulher, a gente trabalha tranqüilo, mas tem que haver a participação, porque o movimento de mulheres, não criticando, mas faz muito-isso: bota um monte de coisas na cabeça da mulherada, mas, chegam lá (em casa) e quebra o pau, o marido diz que não, porque não está caminhando junto, não tem essa compreensão das coisas porque é um trabalho isolado com as mulheres, então o que se faz? O debate de gênero é o conjunto, que o homem esteja caminhando junto e sabendo também que a mulher tem todas essas coisas (...) (FETRAF-SUL) - (grifo nosso).

b) Essa coisa, eu diria, que não está resolvida, talvez hoje algumas pessoas passem a se colocar, eu vejo que se a gente for entender no peso familiar, da dinâmica familiar para esse segmento que a gente está trabalhando, funciona muito em função das regras da família, então se a gente trabalhar no sentido de empoderar exclusivamente ou preferencialmente um desses segmentos, ou seja, as mulheres, a gente pode estar criando ou favorecendo, possibilitando espaços de problemas. O fundamental é buscar fazer com que a família participe de um processo de reconstrução coletiva das suas relações em planos de igualdade. (DESER) - (grifo nosso).

Através das falas, pode-se perceber a transferência do problema específico de gênero para a questão da manutenção da estrutura familiar. Sem delonga, para alguns autores, a família é uma instituição social geradora de relações de dominação que forma indivíduos com bases em relações autoritárias e reprodutoras do

sistema (Guareschi, 1984). O que temos é a constatação quase óbvia de mais um problema, o que não justificaria a omissão frente às questões femininas. Vale questionar se a conservação de uma instituição, por vezes e, historicamente opressora, nos moldes apresentados, corresponde ao ideal libertador de um mundo mais justo e solidário que essas organizações se propõem a construir. Percebemos que as próprias falas respondem à questão colocada. Sem dúvida, é clara a preocupação de que um trabalho efetivo neste campo só pode ser bem sucedido a partir da conscientização de ambos os gêneros. Temos talvez um outro desafio: a valorização da unidade familiar sobre outras bases.

Esta questão não deve, contudo, "obscurecer" o problema inicialmente colocado. Um avanço nesta questão seria o desenvolvimento de programas que contemplem a especificidade das relações de poder e exploração de um gênero sobre outro. Pois, se é possível "empoderar" as bases a partir da percepção de um mundo dividido em classes, pode-se da mesma forma "empoderar" as mulheres para que percebam a sua condição desigual³¹ e, a partir desta conscientização, parta delas a luta por conquistas. Não partirá, senão das mulheres, propostas legítimas de mudança nesta esfera. Não há coerência em continuar a "paternalizar" a luta feminina. A atenção específica sobre a questão feminina é condição *sine qua non* para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

³¹ Condição desigual refere-se aqui a uma desigualdade de oportunidades e de direitos que promove uma situação de opressão de um gênero sobre o outro. Não se faz, aqui, uma indicação da superação do conjunto de diferenças de gênero, mas sim das condições de opressão de gênero.

A sustentabilidade social

A partir da concepção de campo popular que estamos adotando (Paludo, 2001), tomada a ótica da produção industrial, do trabalho e das carências, algumas categorias não têm sido contempladas em projetos alternativos de sustentabilidade. Há uma razão básica: o fato de não estarem minimamente organizados enquanto uma categoria. Os movimentos populares abrangidos neste estudo são formas organizadas de agregações sociais. São, em sua concepção, movimentos populares, que representam os grupos sociais oriundos do campo popular, mas que desenvolveram formas de organização e articulação de suas demandas e projetos.

Destacamos, dentre as categorias que não têm sido contempladas, em especial no rural, os meeiros e bóias-frias. Sendo as atividades desenvolvidas direcionadas para a pequena propriedade agrícola baseada na divisão do trabalho familiar, essas categorias de excluídos acabam sendo relevadas. No urbano, os sêm-teto e mendigos, entre outros, encontram-se em situação de exclusão aberrante. Tal condição dificulta imensamente a própria organização dos indivíduos enquanto uma categoria. Sua condição fragmentária, tanto em termos espaciais (não têm residência fixa) como sociais (a não identidade com qualquer grupo social ou religioso), não permite que possam por si mesmos promover agregação capaz de demandar direitos e dignidade de sua condição de (sub)existência. Cidadania é, neste contexto, um conceito completamente vazio para essas categorias sociais. Este é um limite e um desafio para um projeto alternativo que se pretende inclusivo e abrangente.

No caso destes grupos sociais, pudemos verificar a formação de cooperativas de catadores (quanto aos grupos que trabalham com o lixo urbano); articulação de meeiros e bóias frias na organi-

zação política sindical dos trabalhadores rurais³²; organização de muitos destes atores na luta pela terra através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Estas iniciativas, no entanto, apesar de expressivas no contexto das organizações citadas, considerando seus limites organizativos, indicam pouco em termos das transformações estruturais necessárias para a inclusão dos grupos sociais mais oprimidos sócio, política e economicamente.

Esta questão está diretamente ligada a outro desafio: o problema da criminalidade e da violência. Tanto nas cidades como no campo, o problema é ululante e não apresenta sinais de reversão no curto prazo. No geral, os projetos e atividades desenvolvidos pelas entidades participantes deste estudo abrangem o problema a partir da perspectiva legal: dos direitos humanos e da garantia de gozar esses direitos. Contudo, relatórios de grandes organizações internacionais (os da Anistia Internacional, por exemplo) e estudos nacionais apontam, há muito, para um problema crescente que exige a busca de soluções para além do campo jurídico.

A neurose coletiva dos médios e grandes centros urbanos em relação à segurança, a superlotação carcerária, as deficiências do sistema judiciário, o tráfico de drogas, as gangues, entre tantos outros, são questões complexas. No campo, de forma mais velada que nas cidades, há exploração do trabalho infantil e a adoção de

³² Aqui vemos um problema no que refere à reformulação dos sindicatos de trabalhadores rurais para sindicatos dos trabalhadores na agricultura familiar, o qual não está apenas na modificação do nome dos mesmos, mas numa redefinição de sua política de atuação. Muitos sindicatos vêm definindo seu foco de atuação com a agricultura familiar (agricultores que possuem terra e que certamente precisam ter uma organização própria dentro das especificidades de seus problemas e questões), mas deixando em descoberto justamente o grupo social dos trabalhadores rurais que não possuem terra (especialmente meeiros e bôias-frias) quanto a uma organização que os defenda na luta por políticas públicas e direitos.

relações de trabalho servil e escravo, também entre outros problemas. Sabemos que ocorre um tipo de "violência estrutural" que se origina num primeiro momento das relações econômicas de produção, de trabalho e emprego, de distribuição de renda, ou seja, do estágio de desenvolvimento capitalista em que nos encontramos. Empreender soluções para este problema é o que muitas das atividades desenvolvidas pelas entidades estão fazendo, de maneira muitas vezes indireta, em especial nos projetos que promovem geração de renda e nos ligados à educação e à formação.

Há também um outro tipo de violência que é, se podemos assim chamar, "cultural". Este tipo remete à questão do resgate de valores "humanos" (colocado por várias entidades) que se contraponham aos do "capital". Isto é: solidariedade X individualismo; cooperação X competição; apoio X abandono. No nível de relações interpessoais, o resgate de valores como companheirismo, afetividade, interdependência emocional. No nível coletivo, realocar a importância de valores como altruísmo, honestidade, tolerância. O resgate do caráter "humano" dentro do processo de desenvolvimento foi apontado como constitutivo da cidadania forte e solidária. O Ser Humano e suas relações (entre si e com o meio) assumem a centralidade no processo de construção das experiências, na execução de programas e projetos.

Visibilidade na mídia

Consideramos relevante levantar este tema, uma vez que a visibilidade e o reconhecimento público das ações institucionais são cada vez mais influentes no sucesso de qualquer empreendimento.

Em uma sociedade “mediatizada”, sociedades contemporâneas que dependem das organizações de comunicação de massa (mídia) para a construção do conhecimento público e que possibilita a tomada cotidiana de decisões, a comunicação não ocorre apenas entre sujeitos, mas torna-se pública com a intermediação dos meios de comunicação em massa.

A produção de imagens e discursos é uma faceta importante de atividade que tem de ser analisada como parte integrante da reprodução e transformação de toda ordem simbólica. As práticas estéticas e culturais devem ser levadas em conta e as condições de sua produção cuidadosamente analisadas.

A visibilidade adquirida através da exposição na mídia acarreta um ganho de capital (simbólico e cultural) incalculável e potencial poder reivindicatório. Pode gerar impacto na opinião pública, consonância com formadores de opinião e conquista de credibilidade de atores sociais e suas ações. Acima de tudo, o consentimento e a legitimidade é que são fortemente reconhecidos em uma dimensão social mais ampla.

O reconhecimento público foi o que levou alguns movimentos, como o MST e o dos seringueiros da Amazônia, à obtenção de poder de negociação frente às esferas públicas. A comoção causada pela opinião pública contribuiu para seu fortalecimento. É sob este aspecto que outros arranjos institucionais (locais/internacionais) podem trazer ganhos e conquistas mais efetivas, menos penosas, por exemplo no que diz respeito à elaboração de políticas públicas que contemplem os problemas locais. Esta é uma relação dialética: ter visibilidade em escala regional, nacional ou internacional, para obter conquistas em escala local.

Sabemos que as organizações analisadas enfrentam um problema imenso de rompimento de barreiras para conquistar a

exposição na mídia, imprescindível para o reconhecimento público das atividades desenvolvidas pelos projetos alternativos. Isto porque as grandes empresas de comunicação, para sobreviver em um mundo competitivo, alinham-se aos poderes mais influentes política e economicamente, cuja relação, na atual configuração da mídia, é sua própria condição de existência.

Neste contexto, projetos como rádios e TV's comunitárias são pouquíssimos (um exemplo são os empreendimentos do CEFURIA, em Curitiba, na mídia televisiva e impressa), apesar de sabermos que muitas das organizações e movimentos do campo pesquisado já se dedicaram a algum destes instrumentos para auxiliar na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento. Parece-nos que a construção destes instrumentos foi abandonada ou arrefecida no conjunto das estratégias das organizações. Por outro lado, vê-se uma ampliação da inserção destas organizações e movimentos nos espaços da mídia tradicional, o que certamente está muito aquém do potencial que teriam e até do espaço que muitas vezes lhes é dado para aparecimento em rádio e televisão. Percebe-se que há uma sobrevalorização da construção de ações concretas inovadoras/demonstrativas e uma subvalorização da publicização das ações e práticas das organizações, especialmente quando se refere a utilizar espaços de televisão e rádio que são os principais instrumentos de comunicação acompanhados pelo conjunto da população.

Este, sem dúvida, é um dos maiores desafios a serem enfrentados e, com certeza, um empreendimento imperativo para se ampliar as chances de implantação bem-sucedida de um projeto sustentável e alternativo.



III. Considerações finais

Apresentamos, a seguir, algumas questões que não se situam no campo das conclusões, na medida em que estas devem ser construídas e extraídas do debate e da reflexão coletiva das organizações e movimentos demandantes desta pesquisa. Pontuaremos algumas considerações, à guisa de conclusão, indicando que as mesmas referem-se a questões que deverão ser potencializadas, quando consideradas positivas pelo debate das organizações, ou superadas, quando consideradas negativas.

Uma primeira questão que nos marca é o caráter pontual da maioria das experiências construídas. O conjunto das organizações e movimentos constrói suas práticas sempre pautadas em transformações mais estruturais que desejam promover no conjunto da sociedade. Para promoção destas transformações há necessidade de construção de experiências que atuem no nível mais estratégico da organização social, política e econômica. Por mais que mantenham ações pontuais, e as mesmas sejam importantes para construir novas experiências organizativas, há a necessidade de pensar e articular mecanismos para transformações mais estratégicas, alguns dos quais pontuamos ao longo do texto e outros que poderão ser construídos nos espaços de redes deste coletivo.

Considerações finais

Quaisquer estratégias de desenvolvimento devem construir dinâmicas locais (o desenvolvimento local), mas tem que desenhar uma articulação supra-regional e global. Este é mais um dos desafios colocados. Há uma preocupação nas organizações em não cair no trefismo, perdendo a visão global e a busca de mudanças maiores, das lutas mais estratégicas. A busca por resultados de curto prazo ainda provoca desconfiança e desconforto nos planejamentos. O próprio planejamento ainda não é uma ferramenta cotidiana e estrutural das experiências e das organizações. Os planejamentos, portanto, devem ter uma perspectiva operacional, de curto prazo e local, sem, no entanto, perder de vista a dimensão estratégica, de longo prazo e de transformação do conjunto da sociedade. Planejar deve ser assumido como um ato de construção reflexiva do futuro, em que diferentes atores possam organizar sua ação, pensar sua construção no tempo, transformar em prática seus projetos para a sociedade.

Estas organizações e movimentos não estão se propondo a fazer tudo o que avaliam como importante para promoção de um novo modelo de desenvolvimento. Constroem ações locais, regionais e/ou setoriais. Apontam para o Estado a responsabilidade de realizar políticas que atendam as necessidades do conjunto da população, por mais que em muitos casos não admitam isto como papel exclusivo do Estado, mas algo que deve ser construído de forma que integre Estado e sociedade civil. Por outro lado, é sabido que as forças de mercado são determinantes na definição de rumos para os processos de desenvolvimento, desde o nível local até o global. Mas se estas organizações estão na esfera da sociedade civil e se esta não pode prescindir do Estado e das forças de mercado para construir o projeto de desenvolvimento

que deseja, como garantir a construção de um projeto alternativo de forma articulada com Estado e forças do Mercado? Este nos parece ser um desafio que estas organizações e movimentos devem se propor a discutir com maior profundidade.

Sabemos que o que existe de organizações constituídas, tanto no nível do Estado, quanto do mercado e da própria sociedade civil, não é suficiente para dar conta da construção do projeto de desenvolvimento que buscam estas organizações do campo popular. Que novas formas organizativas auxiliarão nesta construção?

No que se refere ao Estado, não será o Estado autoritário que existe hoje no Brasil que dará conta de dar uma resposta substantiva aos desafios que estão colocados. A radicalização da democracia, não só na esfera do Estado, mas também no bojo da sociedade e nas dinâmicas de mercado, nos parece algo que deve ser tomado como princípio. Quanto ao Estado, a descentralização já indicada na Constituição brasileira de 1988 parece-nos ser um dos mecanismos mais efetivos de democratização dos processos decisórios. Mas isto não pode significar uma municipalização no sentido da "prefeiturização", nem tampouco uma crescente responsabilização dos que atuam em nível local, mantendo a concentração de recursos financeiros em nível federal, que foram os dois vieses que mais se estruturaram no caso brasileiro.

Apesar da necessidade de definição de alguns limites quanto a até onde deve ir a atuação de sociedade civil em papéis que competem ao Estado, parece-nos que há uma falsa dicotomia no ambiente das organizações populares estudadas: a quem compete gerir os processos de transformação social, rumo a uma nova ordem (um novo projeto de desenvolvimento)? A transformação social desejada pelas organizações e movimentos populares carece da definição de uma "vanguarda" que conduza as "massas pouco

esclarecidas”? Quanto a isto, um conjunto de organizações de Rio Grande do Sul, num documento que debate esta questão, afirma:

“A diversidade de formas de ação, o campo de atuação e a natureza dos Movimentos Sociais Populares não são indicativos de enfraquecimento de sua presença social. Pelo contrário, a maioria de uma sociedade democrática e participativa implica a diversidade tanto de formas, quanto de campos e de natureza da ação dos Movimentos Sociais Populares. Mesmo que em termos políticos gerais estejam articulados no Campo Democrático Popular, ainda assim a existência de diversidade entre os agentes é salutar para que o processo social não fique subordinado a este ou àquele ator que poderia advogar para si o papel de vanguarda do processo de transformação social” (SUJEITOS SOCIAIS POPULARES DO RS PARCEIROS DE MISEREOR, 2002).

Por sua vez, não serão as dinâmicas organizativas pontuais das organizações do campo popular que darão conta dos desafios transformadores da sociedade no Sul do Brasil ou do conjunto do Brasil. É necessário construir novas institucionalidades que respondam aos desafios já colocados e a outros que surjam. Trabalha-se na busca da construção e consolidação de organizações que dêem conta da gestão de questões mais complexas, com uma visão e a integração com o todo. Novas institucionalidades vêm sendo construídas e são necessárias a partir da mudança em curso das próprias organizações, saindo da visão estática, da prática internista e da postura reativa. Sua estrutura organizativa deve

superar as dimensões centralizada, verticalizada e fechada para uma estrutura descentralizada, horizontalizada e aberta, o que lhe confere flexibilidade, limita o tamanho e exige cooperação.

Está na estratégia de atuação e de construção do desenvolvimento por parte destas organizações e movimentos populares a constituição de políticas públicas participativas e inclusivas, mas se vai além, com a construção de instrumentos/ferramentas da própria sociedade organizada (não do Estado) que garanta maior autonomia dos cidadãos, capilaridade e eficácia das políticas públicas (ex.: a base de serviços e as cooperativas de crédito; a base de serviços das agroindústrias familiares e as cooperativas familiares; a Rede Ecovida de Agroecologia e a Associação Certificadora, dentre outras).

Quanto à cooperação, que é um dos valores centrais dos processos históricos construídos pelas organizações em questão, apresentamos algumas indagações: por que este trabalho não se tornou um movimento mais articulado se ele está presente em várias regiões do Sul do país, tanto no espaço urbano, como principalmente no rural? Qual é efetivamente a compreensão sobre o papel estruturante da cooperação em um projeto alternativo de desenvolvimento? Quais as características com que devem se constituir as organizações de cooperação em um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e solidário?

O equilíbrio no trabalho entre as várias dimensões do desenvolvimento é e deve ser uma preocupação constante, para a qual estão em construção e são necessários novos espaços de gestão, mais plurais e menos hierárquicos. O respeito, valorização e fortalecimento da diversidade é um elemento estruturante da sustentabilidade. Para isso vêm se construindo e é necessário o rompimento com a visão cartesiana e economicista de sociedade

e de natureza. Isto torna possível perceber e fortalecer relações não só econômicas capazes de possibilitar a inclusão enquanto um grande objetivo político e um grande movimento prático. O desenvolvimento, portanto, deve ser visto e praticado enquanto processo dinâmico e territorializado em suas múltiplas dimensões (social, cultural, ambiental, econômica, dentre outras).

Quanto às dinâmicas de mercado, as redes de troca (socio-economia solidária) são o que apareceu de mais estruturante enquanto alternativa às lógicas de mercado dominante. Como já apresentamos anteriormente, estas mesmas iniciativas ainda não conseguiram demonstrar como contribuiriam para forjar um novo modelo de desenvolvimento. Se comparadas com o mercado financeiro, a indústria bélica, a indústria de agrotóxicos, sementes e adubos, dentre outras, o segmento da economia representado pela socio-economia solidária é pouco representativo. Por mais que existam experiências neste campo há muito tempo, sua construção como uma estratégia de contraposição a um modelo excludente de sociedade é recente. Para que a socio-economia solidária ganhe um espaço de destaque em economias locais, regionais, nacionais e globais muito há por ser feito, muitos desafios estão por ser superados, principalmente a superação de um condição *underground* (subterrânea), ganhando visibilidade no conjunto da sociedade. Para isto, muito mais experiências e práticas mais complexas neste campo deverão ser efetivadas.

Como já apresentado e aprofundado anteriormente com a questão de gênero, podemos ainda considerar que há pouco acúmulo em questões como gênero, etnia, meio ambiente, geração, direitos de minoria. Viemos de uma sociedade autoritária, recentemente saindo de um Estado regido por forças militares, onde as marcas da obediência e da homogeneização de comporta-

mentos, marcados por uma falsa moral, estiveram presentes. A superação destas marcas não se constrói em um ano ou uma década. Nas experiências das organizações estudadas observamos inúmeras inovações e práticas alternativas, indicando para uma sociedade mais solidária, justa, igualitária e livre. Porém, nas práticas das próprias organizações há dimensões em que estes próprios valores são momentaneamente abandonados em nome de disputas de poder, manutenção de pátrio poder, intolerância cultural.

Muito há por ser refletido e feito!



Bibliografia

- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 5ª.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.
- DOWBOR, Ladislau. **O mosaico partido: a economia além das equações**. Petrópolis: Vozes, 2000. 148 p.
- FISCHER, T. (org). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- GUARESCHI, Pedro. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1984.
- HARRIET, Friedman. *A Sustainable World – Food Economy* In: **BELL & FAWCETT Political Ecology – Global and Local**. Londres e Nova York: Routledge, 1998.
- HADDAD, Sérgio. Disponível na Internet: <http://www.abong.org.br>.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1986. 297 p.

Bibliografia

KUCINSKI, Bernardo. A Síndrome da Antena Parabólica – ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

LOIOLA, E. e MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999. 220 p.

MARTINHO, Cássio. Algumas Palavras Sobre Rede. In: SILVEIRA, Caio Marcio e REIS, Liliane da Costa (orgs.). **Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias.** Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001. 64 p

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. 228 p.

MOURA, Margarida M. Camponeses. São Paulo, Ática, 1986.

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO ENTRE AS AGÊNCIAS ECUMÊNICAS EUROPEIAS E SEUS PARCEIROS NO BRASIL (PAD - REGIONAL SUL). Relatório final de sistematização da consulta das organizações da Região Sul - Direitos humanos e modelos de desenvolvimento. Curitiba, nov. 1999.

PALUDO, Conceição. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial/Camp, 2001. 272 p.

PETRAS, James. **ONGs y movimientos sociopolíticos – El postmarxismo rampante: Una crítica a los intelectuales y a las ONG – Centralidad del estado en el mundo actual.** Disponível na Internet: <http://www.rebellion.org>.

PETRAS, James. **Armadilha Neoliberal.** São Paulo: Xamã, 1999.

Projeto Desenvolvimento Alternativo na Região Sul. Encaminhado e aprovado junto a Solidariedad (agência de cooperação internacional). Curitiba, abril de 200.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993. 143 p.

SEIBEL, Erni J. e ROVER, Oscar J. **O dilema da participação política na concepção de diferentes instituições proponentes de uma política de agricultura familiar.** ANPOCS: GT Processos e Movimentos Sociais no Campo. Caxambu, out. 1998.

SILVEIRA, Caio. **Miradas, Métodos, Redes: Desenvolvimento Local em Curso.** In: SILVEIRA, Caio Marcio e REIS, Líliliane da Costa (orgs.). **Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias.** Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001. 64 p.

Bibliografia

VIANA, Gilnei, SILVA, Marina e DINIZ, Nilo (org.) **O Desafio da Sustentabilidade – Um debate socioambiental no Brasil.**

São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas - estratégias e estilos criativos na complexidade social.** Petrópolis: Vozes, 2002. 245 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: O público e o privado na agricultura brasileira. SOBER. **Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Brasília, 1997.

Solidaridad
mêér dan hulp!

www.kerkinactie.nl



Organizações Populares e Desenvolvimento no Sul do Brasil

A região Sul do Brasil tem se caracterizado por apresentar uma diversidade de experiências voltadas para a construção de um novo projeto de desenvolvimento. Esse processo vem sendo impulsionado por uma pluralidade de sujeitos sociais que atuam em diferentes áreas e lutam pela implementação de projetos, práticas coletivas e políticas públicas que atendam às demandas dos segmentos excluídos da sociedade.

Esta publicação busca contribuir com a análise do significado atual dessas iniciativas, sejam elas de caráter pontual ou mesmo regional. Trata-se de uma primeira sistematização que apresenta os elementos centrais de uma pesquisa realizada nos três estados do Sul.

Fruto de um trabalho articulado que envolveu um conjunto de organizações sociais e populares da região, os resultados desse trabalho estão sendo socializados para que possam subsidiar o debate sobre a formulação de novas diretrizes para um desenvolvimento regional fundado nos princípios da sustentabilidade, solidariedade e democracia.